AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 07 | JULHO 2020 | R$ 15,00

PLANO SAFRA 2020/2021

ALTAS TAXAS DE JUROS CONFIRMAM O FIM DO SUBSÍDIO AGRÍCOLA



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

RECUPERAÇÃO JUDICIAL INSEGURANÇA JURÍDICA PREJUDICA O FINANCIAMENTO

ENTREVISTA PIONEIRISMO DO BRASIL NA MATRIZ DE CRÉDITO PARA O AGRO

APROSOJA AÇÕES A FAVOR DO MEIO AMBIENTE E CONTRA A COVID-19

Cooperativas paulistas fazem o agro mais forte

O Estado de São Paulo conta com 141 cooperativas, que reúnem mais de 140 mil produtores rurais cooperados.

Líderes na produção de:

Flores
Amendoim
Café
Trigo
Milho

Grande relevância nas cadeias de:

Leite
Frutas e sucos
Hortaliças
Soja
Ovos



Além disso, as cooperativas também são fundamentais na comercialização de insumos e na difusão de tecnologia e assistência técnica, contribuindo para o sucesso do agronegócio paulista.

Temos orgulho de trabalhar pelo desenvolvimento das cooperativas no Estado de São Paulo. Somos o Cooperativismo Paulista. #Somos Coop

www.sescoopsp.coop.br

facebook.com/sistemaocesp @sistemaocesp Sistema Ocesp

SESCOOP/SP
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Instagram: /fgvagro
Facebook: /fgvagro
Twitter: @fgvagroanalysis
YouTube: FGV Agro

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

FIM DO SUBSÍDIO DO CRÉDITO RURAL

COMO TEMOS afirmado, apesar de haver problemas localizados, o setor agropecuário é o que menos vai sofrer com a pandemia, graças à sua estrutura sólida, ao dólar forte e à exportação. Tudo isso apesar dos solavancos políticos.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2020/21 confirmou juros muito elevados, marcando o fim do subsídio da taxa de juros do financiamento rural. No passado, quando o País convivia com um cenário de taxa básica de juros (Selic) elevada, o governo federal atuava no mercado subsidiando as operações de financiamento contratadas pelos produtores rurais. Para o próximo PAP, a taxa de juros mais próxima da taxa básica da economia – que, no momento de produção desta edição da ***Agroanalysis***, está em 2,25% – é a de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 2,75% a 4,00%.

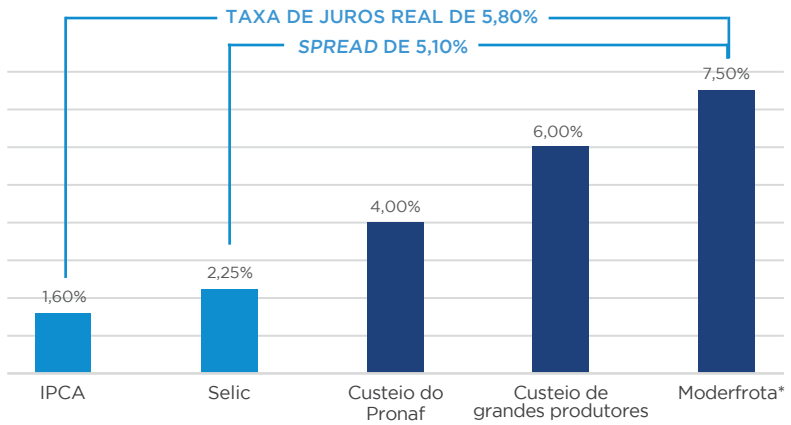
Segundo o boletim Focus, do Banco Central do Brasil (BCB), a expectativa do mercado é de que a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) acumulada de 2020 seja de 1,6%. Assim, as taxas de juros reais no PAP chegam a 5,81% a.a. Pagar juros reais nesse nível atrapalha bastante a margem de ganhos do produtor. Assim, quem puder deve utilizar recursos próprios. Muita atenção, pois o mundo virou: inflação e Selic baixas, dólar alto (com tendência de queda) e juros rurais altos.

Tentando ajudar a situação do crédito pelo lado da garantia, a Medida Provisória nº 897/19, conhecida como MP do Agro, foi convertida na Lei nº 13.986 em 7 de abril último. Um dos seus destaques é a criação do patrimônio rural em afetação, cujo objetivo é facilitar a oferta de garantias nos contratos de empréstimos. No entanto, esse item da Lei ainda não foi claramente regulamentado, e nenhuma operação foi realizada até agora. Ao que tudo indica, o patrimônio em afetação terá de ser apontado em cartório.

O agro brasileiro vai depender cada vez mais do financiamento privado, tendência cada vez mais forte conforme o cenário apontado. No entanto, uma ameaça séria ao financiamento privado está relacionada à recuperação judicial do produtor rural, o que tem causado uma grande insegurança jurídica. Uma decisão judicial no final de 2019 possibilitou que as garantias oferecidas pelo agricultor nos contratos de empréstimos fossem objeto de ação de recuperação judicial (RJ), ou seja, o credor estaria descoberto das garantias. Espera-se que alguma medida seja tomada no futuro próximo para ajustar esse quadro e o crédito volte a fluir melhor. A Cédula de Produto Rural (CPR), por exemplo, deve ficar fora da RJ.

Na entrevista do mês, Fernando Pimentel, presidente da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio (CREDSEC) e diretor da Agrosecurity, traz informações importantes para a construção da matriz de crédito destinada ao produtor rural. A baixa taxa Selic deve ser um fator menos influente em relação à segurança jurídica,

COMPARAÇÃO ENTRE A INFLAÇÃO, A SELIC E AS TAXAS DE JUROS DO PLANO SAFRA 2020/2021



*Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

ao seguro rural e à governança do processo de financiamento. Por décadas, os bancos de varejo foram obrigados a financiar produtores e cooperativas por meio da regra do depósito compulsório sobre depósitos à vista. A elevada assimetria de informação e os riscos ambientais não gerenciáveis contribuem para afastar os bancos da iniciativa de fornecer recursos à agropecuária. Agora, com a COVID-19, a disponibilidade de crédito será testada pelo setor.

Um estudo realizado pela Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), identificou a existência de 116.538 atos normativos que incidem sobre os atores do agronegócio. A pesquisa não levou em consideração atos administrativos normativos editados por outros ministérios que também contêm assuntos de interesse do agronegócio – como o Ministério da Economia (ME) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) –, ou seja, o número é certamente maior ainda. Essa grande quantidade de normas é extremamente preocupante, pois traz prejuízos ao agronegócio brasileiro na medida em que gera insegurança jurídica e contribui para elevar o custo Brasil.

Nesta edição, trazemos um Caderno Especial da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) contendo os resultados das pesquisas científicas financiadas pelo Programa Agrocientista, cuja iniciativa é contribuir com a agricultura mato-grossense. O presidente da entidade, Antonio Galvan, reforça a preocupação do avanço da agricultura em Mato Grosso e assegura o investimento em sustentabilidade, defesa agrícola e pesquisas científicas. Mais de R$ 2 milhões já foram investidos em projetos de pesquisa no âmbito do Programa.

A cadeia produtiva de cacau, por sua vez, mostra, em um Caderno Especial, a necessidade premente de uma melhor organização desse setor. Existe a urgência de se encontrarem alternativas para superar os problemas sofridos pelos produtores em decorrência da pandemia de COVID-19, que não tem prazo para se encerrar. O esforço deve ser focado na direção de facilitar o acesso ao crédito. O investimento em assistência técnica com manejo e tratamento da plantação refletirá em um aumento da qualidade das amêndoas e, consequentemente, na oportunidade de se alcançarem novos mercados. Como declara Anna Paula Losi, diretora executiva da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), isso vai ajudar a cadeia a amadurecer, gerando frutos com um padrão superior e de maior valor agregado. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: FGV AGRO

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 CAPA ENTREVISTA
FERNANDO PIMENTEL
SOMOS PIONEIROS NA MATRIZ DE CRÉDITO PARA O AGRO

10 FRASES & COMENTÁRIOS

11 MACROECONOMIA
COMO SERÁ A RETOMADA?

12 AGRODROPS

15 OPINIÃO DO LEITOR

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 AGROINDÚSTRIA FORTEMENTE ATINGIDA PELA PANDEMIA

18 NOVO *STATUS* SANITÁRIO PARA A CADEIA DE CARNE BOVINA

21 POLÍTICA AGRÍCOLA

21 CAPA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR E INCERTEZAS NO CRÉDITO

23 COMO RESOLVER A INFLAÇÃO NORMATIVA DO AGRONEGÓCIO

30


AIPC
CENÁRIOS DE INCERTEZA AFETAM O MERCADO DE CACAU

21 POLÍTICA AGRÍCOLA

27 CAPA FIM DO SUBSÍDIO NO NOVO PLANO SAFRA

36


TEREOS
COMBATE À POLUIÇÃO SERÁ PRIORIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

38


CAPA APROSOJA
PROGRAMA AGROCIENTISTA

20 VITTIA
GESTÃO NA PANDEMIA

44 FAESP
O NOVO PLANO SAFRA

45 CROPLIFE
OS AGROTÓXICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

46 DIÁRIO DE BORDO
COOPERATIVAS CONTRA MUDANÇAS CLIMÁTICAS

47 PRODUZIR
FUNRURAL NA EXPORTAÇÃO INDIRETA

48 OPINIÃO
SEGURANÇA: O QUARTO CICLO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

49 REFLEXÃO
LIÇÕES PARA O FUTURO

50 PIMAGRO

SOMOS PIONEIROS NA MATRIZ DE CRÉDITO PARA O AGRO

FERNANDO PIMENTEL
Diretor da Agrosecurity
Da Redação

Entrevista aborda os desafios de criar, montar e consolidar uma matriz de crédito para o agronegócio brasileiro.

COM EXPERIÊNCIA profissional e executiva em diferentes empresas do agronegócio, Fernando Pimentel é presidente da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio (CREDSEC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O entrevistado acumula, ainda, o cargo de diretor da Agrosecurity, empresa de serviços na área de inteligência de mercados agrícolas, e do Comitê de Financiamento da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

AGROANALYSIS: O CRÉDITO RURAL FOI O PRINCIPAL INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA DO BRASIL?

FERNANDO PIMENTEL: O crédito rural nas linhas oficiais, reguladas pela Lei de Crédito Rural (nº 4.829/65) e o Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil (BCB), sempre foi um elemento importante para a elaboração de políticas públicas de fomento à produção agropecuária, sobretudo para os produtores de menor porte e as cooperativas agrícolas. Esse modelo, regulado e fiscalizado pelo Estado, ficou fragilizado com a moratória da dívida brasileira em 1987, quando os bancos públicos, então responsáveis por 80% do crédito rural, sofreram um contingenciamento de recursos.

Nessa mesma fase, entrava em franca evolução a cultura de soja no Centro-Oeste do País, em meio à crescente demanda global por proteínas animal e vegetal. Essa conjuntura obrigou os agentes do agronegócio a buscarem alternativas internas para evitar um retrocesso na produção agropecuária. Para manter os negócios ativos, a partir desse momento, começou-se a delinear um modelo matricial de financiamento agrícola com base no crédito comercial único em dimensão e diversidade de operações.

POR QUE ESSA MUDANÇA TEVE UM PROCESSO MOROSO?

FP: Por envolver uma nova cultura de negócios, além de questões jurídicas, os passos foram lentos e com muitos percalços. Por volta de julho de 1988, houve uma longa estiagem nos Estados Unidos e uma forte alta da soja na Bolsa de Chicago (CBOT). Algumas empresas exportadoras começaram a usar as linhas de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) para pré-pagar contratos futuros em operações de *hedge*, o que ficou conhecido como "soja verde". Em outra frente, as multinacionais de defensivos, com linhas de crédito das suas matrizes (*intercompany*), passaram a vender os produtos com prazo de safra.

Nesse ambiente, de forma pioneira, a empresa Cutrale-Quintella juntou as duas práticas ao comprar uma empresa de fertilizantes NPK no Brasil, com a realização das primeiras trocas de insumo por *commodity* no Brasil. Na época, como o Judiciário desconhecia os mecanismos de *hedge* e venda antecipada da produção, os julgamentos das demandas de produtores frustrados por não se beneficiarem com as altas de preços geraram muita insegurança jurídica.



A CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR) ESTIMULOU O MODELO MATRICIAL DE CRÉDITO?

FP: Diante do aumento das operações com penhor de grãos nos contratos de compra e venda feitas pelas *tradings*, o Banco do Brasil (BB) partiu, em 1992, para o Projeto de Lei da CPR. Havia dificuldade em conseguir garantias, pois a maioria dos imóveis rurais já estava hipotecada. Com os sucessivos pacotes econômicos para congelamento de preços e os salários promovidos pelo Governo na década de 1980 e no início da década de 1990, as contas dos produtores ficaram prejudicadas. A dívida rural junto aos bancos inflou.

A Lei nº 8.928/94 inaugurou um divisor de águas para o crédito no agronegócio ao permitir a entrada do mercado de insumos na originação de grãos, outrora exclusivo das *tradings*. A partir desse ponto, ocorreu uma evolução na segurança jurídica, mesmo com a presença e a atuação sistemática dos juristas para desconstruir a CPR como um instrumento de fomento ao crédito. A CPR se tornou um sucesso para viabilizar o crédito comercial, com a difusão do *hedge* (proteção de preço) na forma da troca entre insumo e produto (operação *barter*).

COMO TEM SIDO O DESEMPENHO DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO?

FP: O crédito comercial mostrou ser uma excelente ferramenta de negócio. Às *tradings*, ele possibilitou a arbitragem financeira, com a reserva, por vezes, de mais margem no *spread* financeiro do que na operação de comercialização. Para a indústria de defensivos, estimulou pacotes tecnológicos com melhor gestão de preços e ampliação da vantagem competitiva contra competidores com menor vigor financeiro. Na verdade, o crédito, mais do que um problema, foi uma boa solução para muitos *players*. Hoje, esse modelo, mesmo que visto como único e caótico, é resiliente às crises sistêmicas.

> **“O CRÉDITO COMERCIAL MOSTROU SER UMA EXCELENTE FERRAMENTA DE NEGÓCIO.”**

A capacidade criativa do setor seguiu com a sugestão de melhorias e evoluções. A Lei nº 10.200/01 criou a CPR-F, uma versão financeira da CPR que ampliou as possibilidades dos financiadores que não queriam (ou não podiam) receber a *commodity* como forma de quitação. Já a Lei nº 11.076/04 lançou um pacote de títulos* que, apesar de demorar um pouco para mostrar a sua utilidade operacional, é cada vez mais utilizado pelos mercados financeiro e de capitais e pelos operadores do crédito comercial.

A OPERAÇÃO *BARTER* VIABILIZOU A CPR?

FP: Em realidade, a caminhada deu-se no sentido contrário. Até o advento da CPR, esse mercado era operado exclusivamente por *tradings* e cerealistas, por meio de contratos de compra e venda. A CPR, por ter requisitos formais definidos em Lei e ser endossável, atraiu a indústria de insumos não só pela troca, mas também para a constituição de garantia em vendas ordinárias a prazo. No início da década de 1990, os agricultores, endividados, estavam com seus imóveis rurais hipotecados aos bancos.

A despeito da troca, a CPR foi muito usada para garantir créditos. Vale lembrar que, pelo mesmo motivo, o governo da Ucrânia “copiou” do Brasil o seu conceito quando declarou estado de moratória em 2015. Como não são proprietários das terras, os produtores rurais ucranianos não podem emitir hipoteca. Então, como só restou o penhor de safra como garantia possível, a CPR serviu como uma boa solução.

> **“(...) O AGRONEGÓCIO NÃO PODERIA DEPENDER DE FORMA EXCLUSIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRESCER.”**

COMO O AGRONEGÓCIO ALCANÇOU A PUJANÇA ECONÔMICA ATUAL?

FP: Na entrada deste século, já era evidente que o agronegócio não poderia depender de forma exclusiva de políticas públicas para crescer. A demanda de crédito para produzir poderia atropelar a burocracia e reduzir a competitividade da iniciativa privada. A eficiência das suas cadeias produtivas contrasta com uma resposta mais lenta dos entes públicos, muitas vezes reconhecidos “por não atrapalharem se já estão ajudando”.

Nesse contexto, nos dias atuais, na matriz de crédito rural, mais de 50% do custeio não chega ao produtor pela via bancária regulada pelo Banco Central do Brasil (BCB). Da parcela que alcança o produtor pelo sistema financeiro, em torno de 35% não são operados sob a égide do MCR, com operações estruturadas de ACC e de recursos livres de controle da taxa de juros.

A LEI Nº 13.986/20, NA QUAL FOI CONVERTIDA A CHAMADA MP DO AGRO, TRARÁ MUDANÇAS PARA O CRÉDITO RURAL?

FP: Sim, várias. Entre os destaques, a criação do patrimônio em afetação abre

a oportunidade de melhorar a segurança jurídica em meio a um mercado em que as recuperações judiciais estão em propagação. Vinculada a esse dispositivo legal, criou-se a Cédula Imobiliária Rural (CIR), para permitir a segmentação da matrícula do imóvel em frações que podem ser oferecidas como garantias de boa aceitação. Já o registro das CPRs em uma entidade autorizada pelo BCB (B3, CERC etc.) abre uma alternativa para dar publicidade às operações fora do ambiente registral de Títulos e Documentos.

Tudo isso traz esses títulos para um ambiente mais operacional dos mercados financeiro e de capitais. A oportunidade de referenciar os títulos do agronegócio em moeda estrangeira, apesar de ainda não ter um tratamento fiscal diferenciado para a variação cambial, oferece uma oportunidade para investidores não residentes. Outro ponto positivo está na possibilidade da transmissão da propriedade fiduciária em favor de pessoas jurídicas estrangeiras.

O REGISTRO OBRIGATÓRIO ENCARECERÁ A OPERAÇÃO COM CPR?

FP: Em alguns pontos, cabe aguardar a regulamentação da Lei nº 13.986. No que tange a registro de penhor, alienação fiduciária e hipoteca nos Cartórios de Registro de Imóveis, parece que nada muda. O registro do patrimônio em afetação também deverá ser obrigatório no registro de imóveis, enquanto a obrigação de registro em Cartórios de Títulos e Documentos no município de domicílio do emitente poderá ser substituída pelo registro em uma entidade autorizada pelo BCB.

Se tiver apenas garantias pessoais, a CPR poderá ser exclusivamente registrada na entidade autorizada pelo BCB, da mesma forma que a CIR. Imaginamos que esse registro terá um custo baixo, pois haverá concorrência entre as registradoras, o que não existe entre os cartórios. Mas, como a maior parte das CPRs envolve garantias reais, elas seguirão sendo registradas em registradores de imóveis.

OS BAIXOS JUROS DA TAXA SELIC ATRAEM RECURSOS DO MERCADO DE CAPITAIS PARA O SETOR?

FP: A taxa referencial Selic deve ser um fator menos importante em relação à segurança jurídica, ao seguro rural e à governança do processo de crédito. Por décadas, os bancos de varejo foram obrigados a financiar produtores e cooperativas por meio da regra do depósito compulsório sobre depósitos à vista. A elevada assimetria de informação e os riscos ambientais não gerenciáveis afastam os bancos da iniciativa de fornecer recursos à agropecuária. Essa visão vem mudando desde 2008, com a crise do sistema financeiro. Agora, com a COVID-19, ficam evidentes as condições de essencialidade, liquidez e resiliência do setor.

Consideremos a conjuntura como de elevada liquidez dos bancos em meio a uma descontinuidade de vários segmentos da indústria e dos serviços com baixas taxas referenciais. Se as condições forem favoráveis sob o ponto de vista operacional, muitos bancos que viam o agro com certo preconceito revisarão suas estratégias. Depois dessa pandemia, o agronegócio sairá fortalecido e se tornará dominante na economia brasileira. Dificilmente, os *players* das áreas financeiras vão querer ficar fora desse jogo.

COMO AVALIAR O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2020/21?

FP: Tendo em vista as circunstâncias em que esse PAP foi editado, é surpreendente o desempenho do MAPA diante da proximidade e da sintonia entre a ministra Tereza Cristina e o ministro Paulo Guedes, do Ministério da Economia (ME). Na nossa história, foram raras as ocasiões em que o MAPA foi tratado com a merecida distinção pelo ME. Se não fosse pela pandemia, o PAP seria ainda mais robusto. Mas vale ressaltar a ênfase dada à política de seguro rural, de vital importância para a matriz de crédito e a aproximação dos mercados financeiro e de capitais em relação ao agronegócio.

Existe uma visão clara dos formuladores e dos aprovadores das políticas de crédito rural quanto ao valor do seguro rural para a manutenção da renda no campo como mitigador de risco para os investidores e como redutor das renegociações em eventos de sinistros de grande escala. Dentro de uma política de ajuste fiscal, existe a prioridade do Governo em reduzir a subvenção de taxas nas operações de crédito na economia brasileira. Em 2018, a área de cultivos com cobertura de seguros estava em torno de 8% do total plantado anualmente em comparação aos 92% de cobertura nos EUA. Temos um longo caminho a percorrer, mas estamos no rumo certo. ■

“TEMOS UM LONGO CAMINHO A PERCORRER, MAS ESTAMOS NO RUMO CERTO.”

*Tal pacote abarca o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA)

FRASES & COMENTÁRIOS



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O mercado brasileiro de títulos verdes soma apenas US$ 1,5 bilhão, enquanto o mundial passa de US$ 400 bilhões.”

ROBERTO CAMPOS NETO, presidente do Banco Central do Brasil (BCB)

“Nos últimos quatro anos, a taxa Selic caiu de 14,25% para 2,25%, enquanto a taxa de juros controlados do crédito rural reduziu-se em apenas 1,50%.”

JOSÉ MÁRIO SCHREINER, vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Neste ano, estamos com os maiores números para a safra de cana-de-açúcar. Preservar a produção e o consumo de etanol significa sustentar um patrimônio do País.”

BENTO ALBUQUERQUE, ministro do Ministério de Minas e Energia (MME)

“As expectativas acerca da produção agrícola para a safra 2020/21 são positivas, com potencial de novo recorde, tendo em vista a área a ser plantada.”

“Com a pandemia, o crédito comercial teve um aumento de custos, mas o Brasil não enfrentou nenhum sobressalto no abastecimento de alimentos.”

EDUARDO SAMPAIO MARQUES, secretário da Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA)

“O agronegócio é essência e não pode parar. O transporte e o escoamento de uma colheita recorde não podem ser paralisados.”

MARCELLO BRITO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

“Apesar de ocuparem cerca de 8% do território brasileiro, as lavouras ainda não atingiram a plenitude de sua produtividade.”

“Com financiamentos verdes, podemos manter intactos 66% da nossa vegetação nativa.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“O seguro rural permite ao produtor ir ao mercado e captar recursos com melhores taxas de juros.”

“O setor produtivo e o sistema financeiro devem mudar a regulamentação dos custos inseridos nas operações de crédito rural.”

BRUNO LUCCHI, superintendente técnico da CNA

“Sabemos que as frutas são uma fonte de vitaminas e sais minerais, importantes para fortalecer o sistema imunológico e o organismo humano, mas somos forçados a dosar a oferta diante de uma forte paralisação econômica.”

LUIZ ROBERTO BARCELOS, diretor institucional da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas)

“No mundo do antes e depois do novo coronavírus, um diagnóstico certo é que falta cuidado na questão sanitária, tanto no nível dos países, como de forma global. A régua terá de subir bastante.”

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

COMO SERÁ A RETOMADA?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

VÁRIOS ESTADOS e municípios brasileiros já iniciaram um processo gradual de flexibilização das medidas de isolamento social. Esse processo tem se iniciado sem que se tenha plena certeza de que o pico de contágios do novo coronavírus tenha sido atingido e ficado para trás. Ao contrário disso, vários especialistas de saúde apontam que o ápice de contágios ocorrerá mais adiante.

Esse processo evidencia as pressões econômicas decorrentes da queda da atividade econômica e da renda por conta do isolamento social. De fato, os indicadores da economia brasileira apontaram uma forte retração do nível da atividade a partir de fins de março. O recuo acentuou-se a partir de abril, quando as medidas de isolamento foram implementadas de maneira mais efetiva no País.

De qualquer forma, a flexibilização das medidas de isolamento social tem um impacto positivo, em alguma medida, sobre a atividade econômica no curto prazo. Nesse sentido, a reabertura do comércio em várias cidades gera um efeito de descompressão sobre o ritmo das vendas, que caiu fortemente desde fins de março. Essa melhoria só deverá ser percebida, de fato, nos indicadores de atividade econômica relativos a julho deste ano. Esse processo, no entanto, deixa em aberto a questão acerca da velocidade relativa da retomada da atividade econômica brasileira. Em outras palavras, a pergunta é se a recuperação será rápida (em formato de V) ou lenta (em formato de U).

Nesse sentido, vale destacar que o uso de modelos estatísticos para tentar responder a essa questão não se mostra eficiente, uma vez que o evento da pandemia, sendo caracterizado como um evento exógeno, representa uma forte ruptura no comportamento das séries estatísticas, transgredindo os padrões bem definidos por elas. Isso significa que o uso de modelos que projetam variáveis econômicas fazendo algum uso de extrapolação de comportamentos estatísticos passados tem uma baixa eficiência preditiva neste momento.

Desta forma, talvez, mostre-se mais produtivo tentar compreender o padrão de retomada a partir da experiência vivenciada por outros países que estão mais adiantados nesse processo. Sob essa perspectiva, uma referência a ser observada é a China, uma vez que o processo de flexibilização das medidas restritivas se encontra mais adiantado nesse país. Isso é decorrência do fato de que a China foi o epicentro inicial da pandemia, tendo tido o pico dos contágios no começo do ano. Passados os efeitos mais agudos, o governo chinês começou a flexibilizar gradativamente as medidas de isolamento.

A partir do início desse processo, o que se observou foi uma forte recuperação da atividade em alguns setores da economia chinesa, em particular nos investimentos de infraestrutura e imobiliários. Isso tem dado suporte para a recuperação econômica na China, cujas projeções apontam para um crescimento de 2% neste ano e de 7% em 2021.

Ainda não é possível prever plenamente o grau de sustentabilidade da recuperação da economia chinesa, mas, até o momento, os sinais são de uma recuperação em formato de V.

Transpor o que está ocorrendo na China para a economia brasileira, no entanto, merece algumas reservas e ressalvas. Diferentemente da economia chinesa, que apontava para um crescimento de mais de 5% em 2020 antes dos efeitos da pandemia, o Brasil já apresentava um desempenho econômico bem mais modesto, cujas projeções indicavam um crescimento de pouco mais de 1% neste ano. Em outras palavras, as condições iniciais da economia brasileira eram bem piores do que as verificadas na China antes da pandemia.

Adicionalmente, é razoável supor que os agentes públicos e privados deverão sair desse evento mais endividados e em um contexto de renda mais baixa. Isso, evidentemente, limitará o potencial de uma retomada mais robusta da demanda no médio prazo.

A conjunção desses fatores indica que não deveremos verificar, na economia brasileira daqui a alguns meses, algo similar ao que está ocorrendo na China neste momento. Ainda que a flexibilização das medidas de isolamento leve a alguma retomada da atividade econômica, o potencial de uma recuperação mais robusta será fatalmente comprometido pelas próprias limitações da demanda. Por conta disso, é muito mais factível imaginar uma recuperação mais lenta e modesta da economia brasileira conforme as medidas de isolamento forem sendo flexibilizadas. ■

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO

Em vigor desde 2 de outubro do ano passado, a Medida Provisória nº 897, conhecida como MP do Agro, após passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, foi convertida na Lei nº 13.986 em 7 de abril último. Um dos destaques dessa nova Lei é a criação do patrimônio rural em afetação, cujo objetivo é facilitar a oferta de garantias nos contratos de empréstimos.

Esse item da Lei ainda não foi claramente regulamentado, e nenhuma operação foi realizada até agora. No entanto, ao que tudo indica, o patrimônio em afetação terá de ser apontado em cartório. A forma de fazê-lo será mais ágil e mais barata.

LIBERAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O PSR

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou o cronograma de liberação do orçamento para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para 2020. Com essa previsibilidade, o número de *players* do mercado (atualmente, quatorze seguradoras) deverá aumentar. O zoneamento agrícola e o padrão de manejo expandidos são as novidades inseridas nas coberturas e nas indenizações. O Governo também busca incorporar o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) no PSR com a dotação de recursos específicos.

VALORES DO ORÇAMENTO DE 2020 A SEREM LIBERADOS

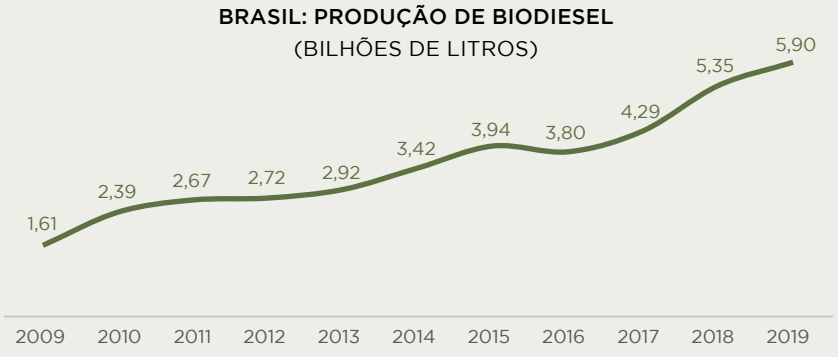
PRODUTOS	Valor (R$ milhões)
Milho 2ª safra e trigo	280
Soja, milho 1ª safra, arroz, feijão e café	535
Pecuária	70
Frutas	10
Florestas	10
Culturas do Norte-Nordeste	50
TOTAL	955

Fonte: MAPA

PLANO NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB)

Seguindo o PNPB, entrou em vigor, em março, a elevação da mistura obrigatória de biodiesel no diesel de petróleo para 12% (B12), de acordo com o cronograma aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Com isso, o consumo poderá ficar próximo de 7 bilhões de litros. Um novo marco regulatório deverá ser construído para dar continuidade à evolução gradual de 1% ao ano. Se chegarmos às misturas B16 e B20, respectivamente, em 2024 e 2028, a capacidade de produção deverá atingir 13,7 bilhões de litros em 2028. A tendência será, então, diversificar as fontes de matéria-prima e desenvolver novas formas de produção.

BRASIL: PRODUÇÃO DE BIODIESEL
(BILHÕES DE LITROS)



Fonte: ANP

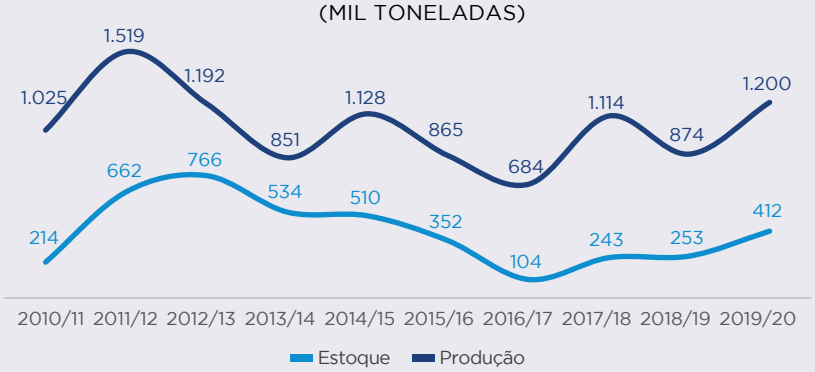
ABERTURA DE MERCADOS EXTERNOS PARA O AGRO

O desempenho comercial externo do agronegócio nacional mostra-se satisfatório quando se toma o período recente de janeiro de 2019 a maio de 2020. Cerca de 65 novos mercados para produtos agropecuários foram abertos e mais de 700 estabelecimentos tiveram habilitação para exportar produtos agropecuários para 24 países. Ampliou-se o leque das Unidades da Federação (UFs) com autorizações outorgadas para serem as origens de itens exportáveis. Esses números indicam a capacidade nacional de suprir o mundo de alimentos. Pelos valores apurados no primeiro semestre, a probabilidade de ocorrer recorde nas exportações deste ano é alta.

CRESCEM OS ESTOQUES DE SUCO DE LARANJA

Os estoques de suco de laranja em poder de empresas brasileiras no País e no exterior fecharam com alta o ano-safra 2019/20. O processamento total da fruta nas regiões de São Paulo e do Triângulo Mineiro deverá atingir 325 milhões de caixas de 40,8 quilos. Dependendo do rendimento industrial, o volume de suco produzido chegará a 1,2 milhão de toneladas. A boa notícia vem com o aumento do consumo nos Estados Unidos, onde a população busca alternativas para fortalecer a imunidade contra a COVID-19.

BRASIL: ESTOQUE E PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA
(MIL TONELADAS)

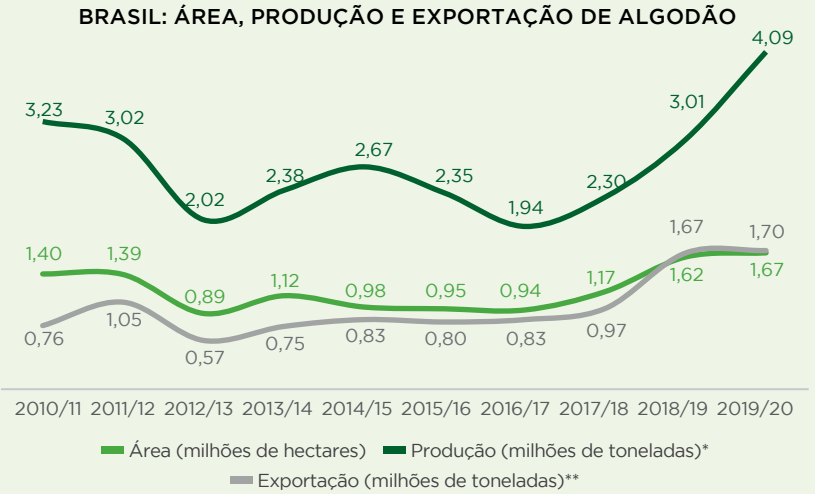


Fonte: CitrusBR

QUEDA NA ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO

O mercado de algodão fecha a safra 2019/20 com muito bom resultado, tendo já comercializado mais de 70% da produção com preços remuneráveis. Para o próximo ciclo, o desempenho mais fraco da economia e a queda nos consumos interno e externo deverão provocar uma queda no plantio. A China deverá manter as compras de produtos brasileiros, que estão com preços desvalorizados em dólar. O Brasil busca espaço para exportar para o Vietnã e Bangladesh.

BRASIL: ÁREA, PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO



*Caroço; **pluma
Fonte: Conab

PROGRAMA NACIONAL DE LEVANTAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE SOLOS (PRONASOLOS)

Detentor da quinta maior extensão territorial do Planeta, com cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil busca aumentar o conhecimento do seu solo. A necessidade de ampliar a pesquisa no setor está ligada ao fomento da produção agrícola, à gestão de riscos climáticos e à segurança alimentar.

Com o PronaSolos, o MAPA planeja construir uma primeira plataforma de informações sobre solos numa escala mínima de 1:100.000, o que significa que cada 1 centímetro representa 1 quilômetro da área real. Menos de 5% do território nacional possui esse nível de detalhamento. O mapeamento do solo e a construção da plataforma serão concluídos em dezembro.

PARANÁ LIVRE DE FEBRE AFTOSA

O Paraná mantém a agenda para conquistar o *status* de estado livre de febre aftosa sem vacinação, apesar da pandemia do novo coronavírus. Essa chancela da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) está prevista para maio de 2021, com um evento a ser realizado na sua sede em Paris. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) realiza as fiscalizações nos postos de trânsito agropecuário nas divisas com os estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Instrução Normativa (IN) nº 37, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão do MAPA, dispensou a vacinação, mas proíbe o ingresso e a incorporação de animais vacinados contra a febre aftosa no estado do Paraná.

PROGRAMA DE APOIO AO SETOR SUCROALCOOLEIRO (PASS)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou como linha de financiamento dos estoques de etanol para usinas sucroalcooleiras o PASS. Esse recurso será destinado às necessidades de caixa das empresas durante a safra, de abril a dezembro. Com essa medida, fica minimizado o risco de desabastecimento energético de uma fonte limpa e renovável no período da pandemia. A operação concede incentivo para a manutenção dos empregos e a reposição dos postos de trabalho.

CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO PASS

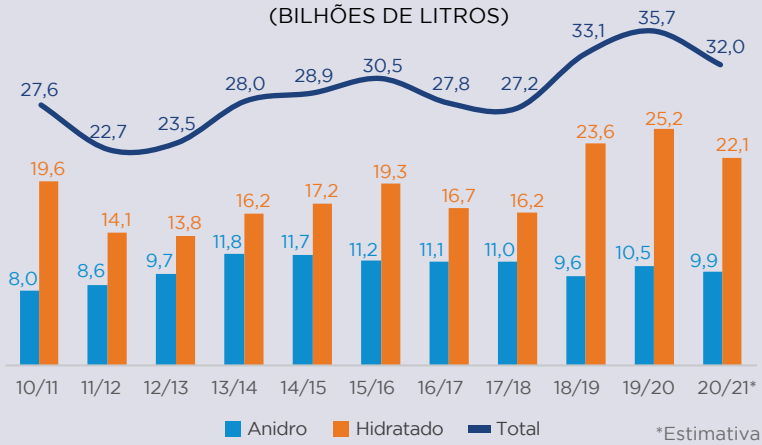
Prazo	24 meses, com até doze meses de carência
Custo anual	• TLP* + 1,5% + um *spread* de risco • Juros do Plano Safra para a usina que pagar o preço de referência
Orçamento	R$ 3 bilhões, sendo metade do BNDES e metade distribuída entre outros bancos
Limite	R$ 200 milhões

*Taxa de Longo Prazo

VALORIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

Um novo grupo foi montado para apoiar e fortalecer o setor sucroenergético a partir da união de grupos pró-biocombustíveis, integrando ações de valorização dos combustíveis renováveis. O objetivo é apresentar e aprovar medidas excepcionais de sustentação econômica durante esse período de crise provocado pelo novo coronavírus. O trabalho tratará de questões convergentes, como RenovaBio, tributação, logística e marco regulatório.

BRASIL: PRODUÇÃO DE ETANOL
(BILHÕES DE LITROS)



*Estimativa
Fonte: Conab

ESTABILIDADE NAS ÁREAS DE PLANTIO DOS EUA

Há uma estabilidade muito grande na área plantada pelas principais culturas nos Estados Unidos. Na primeira posição do *ranking*, aparece o milho. Em seguida, vêm a soja e o trigo. Entre as safras 2012/13 e 2019/20, as variações ocorridas não foram significativas. O mesmo comportamento deu-se com o Programa de Conservação e Reserva (CRP, na sigla em inglês). O crescimento ocorrido na produção foi motivado pelos ganhos de produtividade em função do avanço tecnológico. De fato, quando se faz um cotejamento da área plantada, 2020 mostra uma redução em comparação a 1990 nas culturas de milho (-33%), algodão (-27%), soja (-33%) e trigo (-17%), enquanto a produção, por sua vez, apresenta expansão. O desafio será manter esse ritmo de produtividade em ascensão com inovações para atender a demanda crescente.

ESTADOS UNIDOS: ÁREA PLANTADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS
(MILHÕES DE HECTARES)

CULTURA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Milho	38,6	36,7	35,6	38,0	36,5	36,0	36,3	38,0
Soja	31,1	33,7	33,5	33,8	36,5	36,1	34,8	34,4
Trigo	21,2	23,0	22,3	20,3	18,7	19,3	18,3	18,2
Outros	12,6	10,9	10,7	10,5	10,5	11,3	10,9	10,8
Subtotal	103,6	104,2	102,0	102,6	102,1	102,8	100,4	101,5
CRP	10,9	10,3	9,8	9,7	9,5	9,1	9,1	9,2
TOTAL	114,5	114,6	111,8	112,3	111,6	111,9	109,5	110,6

Fonte: USDA

NOVO QUADRO

OPINIÃO DO LEITOR

O AGRO É *POP*, MAS O QUE FAZER COM ISSO?

Nos últimos 35 anos, acompanhamos uma revolução impressionante nas cadeias produtivas do agro brasileiro. Essa revolução ocorreu tanto da porteira para dentro – por meio de grandes evoluções tecnológicas nos sistemas de produção –, quanto da porteira para fora – por meio do processamento, da industrialização e da distribuição, fazendo com que cheguem às famílias do Brasil e de todo o mundo cada vez mais quantidade, qualidade, variedade, praticidade e diferenciação em alimentos. Alguns vivenciam essa transformação de perto, como os profissionais do setor, e outros fazem-no por meio dos meios de comunicação e/ou como consumidores por meio das gôndolas dos supermercados e, principalmente, das mesas de suas casas. Todos os dias.

Essa impressionante transformação trouxe ao setor uma visibilidade jamais registrada anteriormente, que está sendo ainda mais evidenciada nos últimos meses pelos efeitos do isolamento social resultante da pandemia de COVID-19. Poucas vezes nos tempos recentes, o valor e a importância da produção e do abastecimento constante de alimentos ficaram tão evidentes para todos. Sim: o agro realmente é *pop* e deixou para trás décadas – e por que não séculos – em que foi considerado atrasado e retrógrado. Mas o que fazer com toda essa visibilidade e importância evidenciadas nos tempos atuais?

No momento, o que parece ser importante privilegiar são o foco estratégico de médio e longo prazos e a energia para continuar a mudança. Grandes transformações já anteriormente em curso ou novas tendências poderão ser abruptamente aceleradas ou interrompidas pela pandemia e pela velocidade da tecnologia, alterando significativamente os cenários. Antigas dominâncias econômicas e agrícolas estão sendo colocadas à prova pelo xadrez geopolítico e por medidas protecionistas, prejudicando ou beneficiando os diferentes países por vezes de maneiras pouco previsíveis. O cenário tem mudado cada vez mais rapidamente.

Os nossos gargalos e desafios setoriais ainda são enormes: política externa e acordos comerciais mais eficazes ao setor; aumento do valor agregado dos produtos agrícolas; gargalos de logística; mais uso do seguro agrícola; necessidade de diferentes possibilidades para o financiamento; melhorias na sanidade animal; digitalização e conectividade no campo; sustentabilidade e redução do desmatamento ilegal; sucateamento de importantes instituições de pesquisa; gestão da imagem e da comunicação institucionais; melhorias no uso e na distribuição da terra; modernização de legislações setoriais etc. Enfim, uma lista extensa e relativamente conhecida sobre a qual necessitamos nos debruçar.

O justo orgulho e um certo ufanismo de hoje com relação ao setor, se mal canalizados, podem representar um efeito paralisante perverso e perigoso em um futuro não muito distante. É tempo de reunir de maneira ativa os agentes dos setores privado e público e juntar as forças para o desenvolvimento e a implementação, com energia, de planos estratégicos estruturados para novas e importantes transformações voltadas ao agro. O momento é de ação, e não de comemoração.

Coragem e mãos à obra!

Camilo Semedo

Líder de Negócios da Companhia das Cooperativas Agrícolas do Brasil (CCAB)

AGROINDÚSTRIA FORTEMENTE ATINGIDA PELA PANDEMIA

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

As medidas para contenção da pandemia de COVID-19 impactaram a oferta e a demanda por produtos agroindustriais com força no mês de abril, quando as medidas restritivas ficaram ainda mais rígidas. Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), em comparação a abril de 2019, a contração foi de 16,5%.

DE ACORDO com os dados do PIMAgro, divulgados mensalmente pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agroindústria registrou uma contração de 16,5% em abril último em comparação ao mesmo mês de 2019, apresentando, assim, o pior desempenho de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2003. Além disso, para todas as demais bases de comparação, a agroindústria apresentou retração da sua produção física: (i) -5,1% frente a março de 2020 (já considerando os ajustes sazonais); (ii) -5,4% no acumulado no ano; e (iii) -0,8% no acumulado dos últimos doze meses.

Como a agroindústria é formada por diferentes segmentos e setores, que são bem heterogêneos entre si, é possível notar que aqueles considerados mais essenciais e com o consumo vinculado ao domicílio são os que estão passando de forma mais suave pela crise, tal como o setor de produtos alimentícios.

Espera-se que, nos próximos meses, a agroindústria apresente certa recuperação – ainda em contração, porém com intensidade menor –, uma vez que as medidas foram mais fortemente adotadas em abril e que algumas delas foram afrouxadas já em maio. Diante disso, a análise dos próximos dados do PIMAgro será essencial para saber como será a retomada da agroindústria no País.



SHUTTERSTOCK

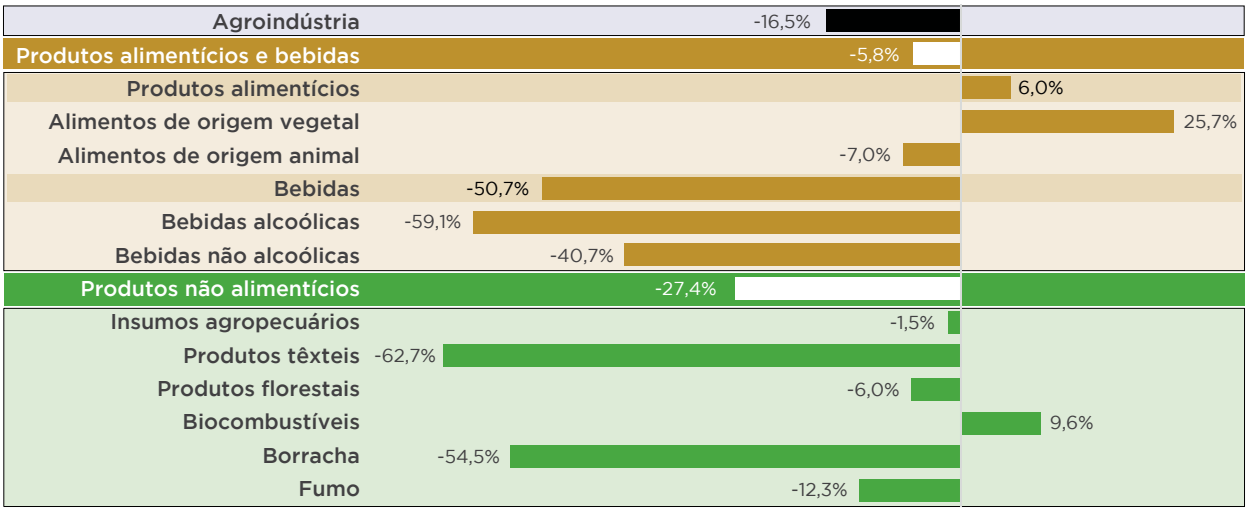
QUEM VEM PUXANDO A AGROINDÚSTRIA PARA BAIXO?

Em abril, o segmento de produtos não alimentícios, por ter se retraído 27,4%, foi o que mais impactou negativamente a agroindústria. Todavia, o segmento de produtos alimentícios e bebidas não passou ileso, já que se contraiu 5,8% no período.

Dentro de produtos não alimentícios, merece destaque a forte queda do setor de produtos têxteis, que registrou uma contração de 62,7% em comparação a abril de 2019, a mais intensa de toda a série histórica. Além disso, com exceção do setor de biocombustíveis (expansão de 9,6%), todos os demais apresentaram queda da produção física, sendo que o setor de produtos florestais (papel e celulose), por conta da sua representatividade na agroindústria (caracteriza 12,7% do índice agroindustrial) e pela força da sua retração (-6,0%), também se destacou negativamente.

No caso do segmento de produtos alimentícios e bebidas, constata-se que, em abril último, apenas o setor de produtos alimentícios passou ileso pela crise gerada pela pandemia, uma vez que é o único que registrou taxa

VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO FÍSICA DA AGROINDÚSTRIA E DE SEUS SEGMENTOS, SETORES E SUBSETORES
(ABRIL DE 2020 EM RELAÇÃO A ABRIL DE 2019)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

de variação positiva, de 6,0%. O setor de bebidas, alternativamente, registrou uma intensa queda (50,7%) no mês, impactado, principalmente, pelo fechamento de restaurantes, bares e padarias e pelo impedimento de realização de eventos presenciais. Vale ressaltar que, entre os subsetores do setor de bebidas, a contração foi intensa e generalizada, com bebidas alcoólicas e bebidas não alcoólicas registrando retrações de, respectivamente, -59,1% e -40,7%.

Abrindo ainda mais o setor de produtos alimentícios (ou seja, excluindo o setor de bebidas), observa-se que a expansão (de 6,0%) foi puxada pelo subsetor de alimentos de origem vegetal (+25,7%), já que o subsetor de alimentos de origem animal contraiu-se 7,0% no período. Dentro de alimentos de origem vegetal, além do crescimento da produção de refino de açúcar, merece destaque a produção de arroz, que registrou um crescimento de 10,5%.

No subsetor de alimentos de origem animal, com exceção da produção de carnes de aves e suína (+2,4%), todas as demais produções registraram contração, sendo que merecem ênfase a de laticínios (-10,7%) e a de carne bovina (-9,9%).

HÁ UM PADRÃO ENTRE OS SETORES COM MELHOR/PIOR DESEMPENHO DURANTE A PANDEMIA?

Os setores menos atingidos pelas medidas para conter a disseminação da COVID-19 foram aqueles que combinam, de alguma forma, três atributos: (i) são considerados essenciais; (ii) produzem bens de menor valor agregado; e (iii) cujo consumo pode realizar-se dentro do domicílio. Como exemplo disso, tem-se a expansão, em geral, da produção de produtos alimentícios.

Em contrapartida, os setores que foram os mais impactados são aqueles considerados menos essenciais, que têm maior valor agregado e/ou cujo consumo se dá, na maior parte, fora do domicílio. Assim, bebidas e produtos têxteis são exemplos dos setores agroindustriais mais impactados.

"EFEITO SUBSTITUIÇÃO" DENTRO DO SETOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Possivelmente, por conta da redução (ou da expectativa de queda) da renda dos domicílios devido aos efeitos da pandemia, pode-se observar, principalmente nos dados de produtos alimentícios, o chamado "efeito substituição". Em outras palavras, quando a renda se contrai, há uma tendência de troca de consumo e, consequentemente, de produção de produtos mais caros por aqueles mais acessíveis.

Como exemplo desse efeito substituição, tem-se o aumento da produção de arroz (bem básico, não perecível e de baixo valor agregado) ocorrendo ao mesmo tempo em que a produção de laticínios (alimento mais perecível e de maior valor agregado) sofreu uma queda significativa. Do mesmo modo, no caso da produção de carnes, percebe-se que houve um aumento da produção de carnes de aves e suína (que são carnes mais baratas) ao mesmo tempo em que a carne bovina sofreu uma forte contração. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

NOVO *STATUS* SANITÁRIO PARA A CADEIA DE CARNE BOVINA

JÚLIO BARCELLOS[1], TAMARA E. DE OLIVEIRA[2], ANNA I. C. P. SUÑÉ[3]

A obtenção de um novo status *sanitário na área animal é muito relevante para o setor de carne bovina no Brasil, pois abre novos mercados. Contudo, para isso, requer ações conjuntas de todos os segmentos da cadeia produtiva.*

OS ESTADOS do Acre, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Rondônia e parte do Amazonas e de Mato Grosso estão no processo de finalização da última campanha de vacinação prevista no Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Essas regiões pleiteiam incorporar, em 2021, o *status* já obtido por Santa Catarina. Isso representará um passaporte para o ingresso das carnes – especialmente, a bovina e a suína – em mercados internacionais de maior valor.

A garantia de zona livre de febre aftosa sem vacinação dependerá da ação integrada de diversos agentes da cadeia produtiva. Como apoio, será necessário a implantação de uma rastreabilidade "conjugada", que unifica três bases de informações: sanitárias; de estabelecimento rural georreferenciado; e de movimentação do rebanho com Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA) e de identificação animal.

O estímulo às exportações deverá ser criado, e sinais claros aos mercados devem estar sustentados na qualidade do produto e na veracidade e transparência das informações. A simples definição e o alcance de um novo *status* sanitário de uma região não asseguram retornos econômicos imediatos à pecuária de corte, mas criam um ambiente para a introdução de um conjunto de ações que podem indiretamente ter relevantes significados na cadeia produtiva e nos benefícios financeiros diretos aos pecuaristas.

DADOS ESTATÍSTICOS DA BOVINOCULTURA DE CORTE DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO *STATUS* SANITÁRIO LIVRE DE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

ESTADOS	Rebanho bovino (cabeças)	Produção de carne bovina (eq. carcaça – toneladas)	Exportação de carne bovina (eq. carcaça – toneladas)
Rondônia	14.367.161	510.000	132.927
Paraná	9.275.271	351.000	25.473
Rio Grande do Sul	12.551.432	480.000	23.704
Santa Catarina	4.296.052	140.000	2.100
Acre	3.017.291	120.000	31
Amazonas (quatorze municípios)	932.206	40.800	*
Mato Grosso (quatro municípios)	2.485.797	132.000	923
TOTAL	**46.925.210**	**1.773.800**	**185.158**

*Dados não consolidados
Fonte: dados compilados pelo NESPro/DZ/FA/UFRGS (2020)

AMPLITUDE REGIONAL

A inclusão dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná na mesma condição do de Santa Catarina deixará toda a região Sul do Brasil livre de aftosa sem vacinação. O Sul representa aproximadamente 15% do rebanho bovino do País e é a principal região de produção e exportação de carne suína (92%). A inclusão de Rondônia, Acre e alguns municípios do Amazonas e de Mato Grosso como áreas de *status* sanitário livre de aftosa sem vacinação abarca 47 milhões de cabeças de bovinos, propiciando uma condição sanitária avançada e com maior reconhecimento e competitividade internacional para o agronegócio de carnes. Assim, todos os setores das cadeias produtivas de carne bovina e de carne suína envolvidos nesse processo vislumbram ganhos efetivos e não economizam esforços para a obtenção desse novo patamar sanitário.

AS OPORTUNIDADES

Um bom *status* sanitário resulta num rebanho mais saudável, reduz custos e

aumenta a produtividade. Alinhar-se aos demais estados do Sul coloca a pecuária do Rio Grande do Sul no mesmo *status* sanitário e, portanto, sem barreiras para o fluxo de animais às demais regiões do País, além de recuperar o mercado de Santa Catarina, destino importante de bezerros e reprodutores que está fechado desde 2007. No Norte, consolida-se a posição exportadora de carne bovina do estado de Rondônia (quinto exportador nacional) e se induz o seu entorno à inovação e ao aumento de produtividade na pecuária.

OS DESAFIOS

A garantia de zona livre de aftosa sem vacinação somente será eficaz pela ação integrada dos agentes da cadeia produtiva. Portanto, é importante compreender que os riscos sanitários existem e que sua mitigação somente será efetiva por meio de responsabilidades conjuntas. O compartilhamento de ações deve reunir instituições de Estado (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e Serviço Veterinário Oficial – SVO), fundos garantidores do desenvolvimento em sanidade animal, o serviço sanitário privado, a indústria frigorífica, instituições de ensino e pesquisa e os pecuaristas.

O SVO executa a política de Estado e atua como um indutor para a educação sanitária no nível de fazenda. Requer infraestrutura e logística destinadas a coordenar o estoque de animais em cada fazenda, suas movimentações, eventos que concentrem bovinos, o uso de novos instrumentos informatizados e a disponibilização de sistemas on-line destinados à atualização do rebanho pelos produtores.

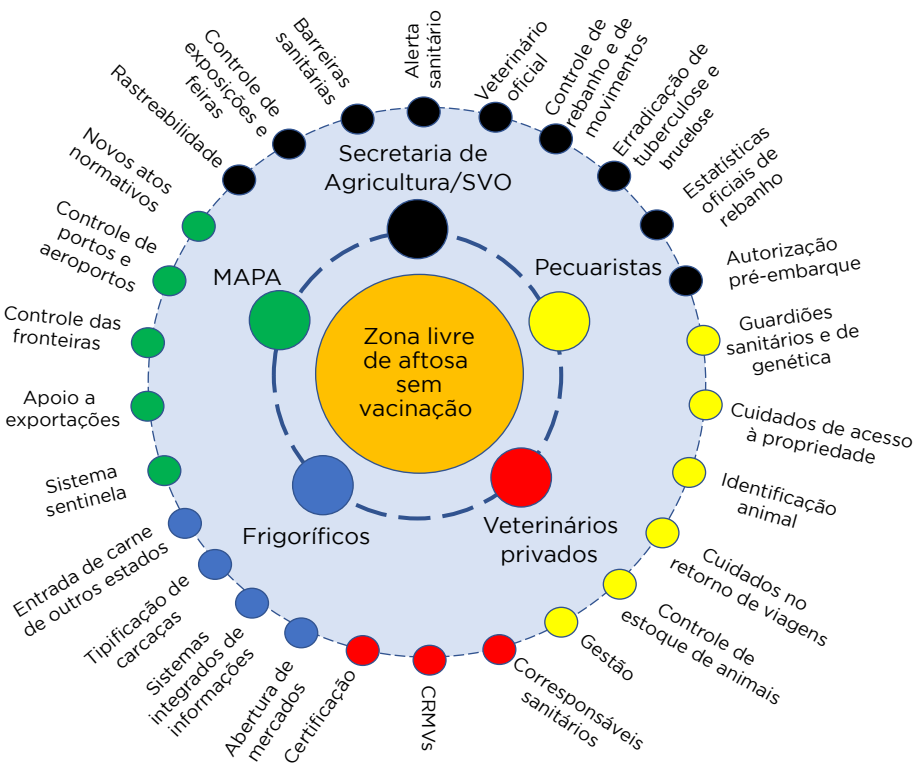
A fiscalização de produtos de origem animal e de pessoas nos aeroportos, nos portos, nas fronteiras com os países – em particular, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Peru e a Bolívia – e nas divisas com os estados será essencial para reduzir os riscos. Nas áreas limítrofes, o uso de animais sentinelas com dispositivos de controle e alerta, rastreados por satélite, servirá de apoio para as respostas imediatas frente à possibilidade de surtos da enfermidade.

A indústria frigorífica deve contemplar ações voltadas para o estímulo à pecuária de corte, a implantação da tipificação de carcaças e a busca de novos canais de exportação, mantendo um fluxo simétrico de informações.

Os veterinários privados deverão atuar como corresponsáveis sanitários, constituindo medidas complementares a uma política sanitária conjunta.

Já o pecuarista é o primeiro guardião do sistema, pois é na sua fazenda que tudo começa. Ele deve exercer, também, medidas de biossegurança para quem entra na sua propriedade e, principalmente, cuidar do acesso de criadores de zonas que ainda vacinam seus rebanhos. No Rio Grande do Sul, o pecuarista é o responsável pela manutenção dos repositórios genéticos (sêmen e embriões) das raças bovinas que têm sido selecionadas há mais de um século, o que exige fundos garantidores específicos frente a eventuais rifles sanitários oficiais. ■

AÇÕES COMPARTILHADAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS PARA ASSEGURAR O *STATUS* SANITÁRIO A PARTIR DE 2021



1Professor titular da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS) – julio.barcellos@ufrgs.br

2Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (PPG-Agronegócios/CEPAN/FA/UFRGS)

3Fiscal estadual agropecuária do Rio Grande do Sul e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Zootecnia do Departamento de Zootecnia (PPG-Zootecnia/DZ/FA/UFRGS)

GESTÃO NA PANDEMIA



WILSON ROMANINI
Presidente do Grupo Vittia

O GRUPO Vittia teve a sua origem como Biosoja, em 1971, produzindo inoculantes desenvolvidos por meio de uma parceria com o então Instituto Agronômico de Campinas (IAC).

Nas última três décadas, o Grupo vem diversificando a sua atuação, ampliando o portfólio de produtos. Atualmente, produzimos fertilizantes diversos, inoculantes, adjuvantes, um acaricida à base de enxofre e vários defensivos biológicos (nematicidas, inseticidas e fungicidas) em seis unidades fabris.

A atual pandemia nos trouxe uma enorme preocupação com a saúde e o bem-estar de todos os colaboradores da Vittia e nos fez refletir, também, em relação a como seguir atendendo os nossos clientes. Sabemos que a produção vegetal e a produção animal não podem parar.

Assim, constituímos, na empresa, um pequeno Comitê de Contingência para a COVID-19, que opera considerando as seguintes premissas:

- Proteger a saúde de todos os colaboradores: determinamos que todos os profissionais que não têm envolvimento direto com o processo fabril passem a trabalhar em *home office*. Para tanto, fizemos rapidamente a aquisição de equipamentos para viabilizar essa transição, bem como contratamos uma plataforma digital que permite que os nossos times tenham reuniões virtuais, de forma a manter a qualidade da comunicação e o fluxo de trabalho. O resultado tem sido surpreendentemente positivo.

- Seguir um protocolo rígido de segurança para os profissionais que necessitam estar nas fábricas, de maneira a termos confiança e tranquilidade para produzir. Adotamos as melhores práticas recomendadas para evitar contaminações.

No setor de suprimentos, tomamos diversas medidas para evitar a falta de matérias-primas, inclusive antecipando compras e recebimentos. Nas indústrias, distribuímos algumas das equipes de produção em turnos – para reduzir o risco de contaminação dos profissionais – e aceleramos a formação de estoque de produtos acabados – para garantir a nossa capacidade de atendimento do mercado.

Nas distintas regiões agrícolas do País, onde temos uma equipe de mais de 150 engenheiros-agrônomos, restringimos as viagens, mas, ao mesmo tempo, incentivamos os nossos profissionais a manterem a comunicação efetiva com os seus clientes, orientando-os em meio a esse cenário atípico.

No momento, estamos procurando sensibilizar os agricultores para que recebam o quanto antes os inoculantes, os fertilizantes, os adjuvantes e os defensivos biológicos, evitando o risco de ficarem sem insumos indispensáveis para estabelecer e manejar o próximo ciclo de cultivo, pois não há total segurança quanto ao comportamento da logística nos próximos meses.

Precisamos todos buscar o máximo de aprendizado dessa situação extremamente adversa para a família humana. Temos, como corporação, o compromisso de tentar atenuar o sofrimento causado por uma pandemia de grandes dimensões e seguir com a nossa missão de construir um futuro cada vez mais sustentável e próspero para todos. ■

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR E INCERTEZAS NO CRÉDITO

ANDRÉ PESSÔA[1], RENATO BURANELLO[2]

A insegurança jurídica causada pela recuperação judicial do produtor rural pode ter sérias consequências para o financiamento privado do agro. O comprometimento das finanças públicas com o combate à pandemia de COVID-19 traz ainda mais incerteza ao limitar a ação do governo federal em disponibilizar recursos orçamentários para atender a necessidade dos produtores rurais por crédito.

CONVIVER COM riscos faz parte da rotina do agronegócio brasileiro. Adversidades climáticas, volatilidade de preços, mudanças no câmbio e nos juros, riscos sanitários, inconstância da legislação e instabilidade da economia fazem parte do cotidiano dos empresários rurais. Mais recentemente, enfrentamos riscos não previsíveis, de intensidade e duração difíceis de mensurar.

Temos três exemplos. Primeiro, tem-se a peste suína africana na suinocultura da China, responsável pela maior parte do consumo de soja, para onde se destinam 80% do principal produto de exportação. Segundo, tem-se a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, que opôs, respectivamente, o maior concorrente e o principal cliente do Brasil nos mercados agrícolas. E, terceiro, tem-se a pandemia de COVID-19, com consequências negativas sobre a economia global.

Até agora, fomos capazes de lidar de forma exemplar com essas incertezas. Há uma combinação produtiva, calcada em tecnologia e produtividade, com a capacidade de gestão desenvolvida em ambiente de risco constante. O câmbio flutuante, por sua vez, serve de anticorpo para a instabilidade econômica, enquanto as relações de troca favoráveis com insumos deram à grande maioria dos produtores uma ampla imunidade ao cenário turbulento.

Assim, conseguimos vender 75% da soja, 70% do açúcar, 70% do milho safrinha e 75% do algodão colhidos na safra 2020/21. Essa comercialização antecipada e operada com competência por produtores e *tradings* foi uma vacina para a incerteza criada pela COVID-19. Com margens asseguradas, o agronegócio garantiu o adequado abastecimento dos lares brasileiros, exportou volumes recordes e contribuiu para amenizar a crise de emprego e renda. Somos o caso mundial mais bem-sucedido em termos de *performance* operacional durante a pandemia de COVID-19.

Contamos com mercados e oferta de crédito para operações estruturadas de financiamento. Como são *commodities* internacionais cotadas em bolsa, soja, milho, algodão e açúcar proporcionam uma referência de preço futuro e instrumentos financeiros. Isso permite fixar uma posição favorável ou ao menos mitigar as incertezas sobre o comportamento dos mercados. Daí a atividade agrícola ter experimentado uma expansão nos últimos anos, em particular com recursos oriundos do mercado privado.

AUMENTO NA PERCEPÇÃO DE RISCO

Uma ameaça a essa trajetória ascendente emergiu, em 5 de novembro de 2019, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o simbólico caso do Grupo JPupin, ao incluir nos processos de recuperação judicial as dívidas constituídas por produtor rural como pessoa física (PF) – antes da sua inscrição na Junta Comercial. Esse foi um forte sinal negativo para todos os envolvidos com o financiamento privado do agronegócio, pois as garantias oferecidas pelos agricultores podem passar a ser objeto de ações de recuperação judicial, com aumento da insegurança jurídica nessas operações.

Para o caso da Cédula de Produto Rural (CPR), principal instrumento da operação de troca de insumos (*barter*), a situação preocupa médios produtores – e mesmo alguns grandes não organizados na forma de pessoas jurídicas (PJs) –, que têm na CPR o principal mecanismo de garantia das operações de crédito. A insegurança jurídica deve fazer com que esse grupo deixe de ser plenamente atendido pelos mecanismos privados de operações estruturadas intermediados por *tradings*, indústrias de insumos e bancos. Mais de um terço dos recursos para custeio da safra de grãos são provenientes de créditos privados.

São nítidos como efeitos da COVID-19 a queda na disponibilidade de crédito e o aumento na percepção de risco nas operações com produtores rurais. Além disso, o comprometimento das finanças públicas com o combate à pandemia só piora a situação do orçamento federal. Aumentam as dificuldades em ampliar os recursos orçamentários para equalizar taxas de juros e proporcionar o adequado apoio creditício aos produtores rurais. Destaque-se, aqui, o louvável e obstinado esforço de convencimento junto à equipe econômica

e ao Congresso que vem sendo conduzido pela ministra Tereza Cristina e por sua equipe, demonstrando, com clareza, a necessidade de se ampliarem esses recursos essenciais numa hora de incertezas, para não se porem em risco as operações de um setor essencial, estratégico e que, certamente, estará à frente da futura recuperação econômica.

SEGURANÇA JURÍDICA PARA O CRÉDITO PRIVADO

Esse retrocesso põe em xeque algo que estava sendo muito bem construído no Brasil. A chamada MP do Agro, agora Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, estabeleceu um novo regime legal no que diz respeito às CPRs. Entre outros avanços, esses títulos passaram a ser considerados um ativo financeiro com registro e depósito em entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), trazendo transparência sobre a propriedade e a existência de ônus e gravames sobre a CPR. Um fato a lamentar: no fim das contas, a nova Lei não dispôs da exclusão dos "créditos e bens vinculados à CPR" da recuperação judicial, um dos aspectos mais relevantes para a segurança dos contratos e amplamente debatido durante a tramitação da MP. Por mais que a Lei permita que o emitente informe sobre a essencialidade dos bens outorgados em garantia fiduciária, não trará o mesmo efeito nem a mesma segurança jurídica.

A Lei de Recuperação de Empresas não foi pensada para um regime de recuperação da PF, mas da sociedade constituída como empresária há um certo tempo. Além das diferenças fundamentais na gestão de risco e na análise de crédito da atividade de produção rural em relação aos demais negócios, também se abre um cenário de falta de previsibilidade sobre a conduta do agente econômico fora do conceito "firma". Não se trata de proteger apenas as *tradings*, os bancos e os fundos de investimento, instituições que concedem crédito aos produtores rurais. Por meio de uma ordem jurídica protetora do investimento, tutelam-se, também e principalmente, os interesses de trabalhadores, dos consumidores e do Fisco. É necessário buscar uma nova legislação, que reestabeleça, urgentemente, a necessária segurança jurídica das operações de crédito privado, afetadas dramaticamente pela possibilidade de acesso ao instrumento de recuperação judicial de forma indiscriminada e intempestiva por produtores rurais PFs. ■

1 Diretor presidente da AGROCONSULT
2 Sócio da VBSO Advogados e coordenador acadêmico do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA)



COMO RESOLVER A INFLAÇÃO NORMATIVA DO AGRONEGÓCIO

CÉSAR KIRSCH*

A maioria das ações e das relações que ocorrem no âmbito do agronegócio é pautada por milhares de normas existentes no Brasil. Estas, por sua vez, devido ao número excessivo, atrapalham a atuação do poder público e trazem prejuízos ao agronegócio.

DESDE A promulgação da Constituição Federal em 1988 até setembro de 2019, foram publicadas 6.087.473 normas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)[1]. Desse total, foram veiculados 167.716 atos normativos no âmbito federal, 1.722.736 nos estados e 4.197.021 nos municípios. "Apenas" 792.588 dessas normas estariam em vigor, também segundo o IBPT.

No contexto do agro, um estudo realizado pela Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no sistema SISLEGIS[2] identificou a existência de 116.538 atos normativos que incidem sobre atores do agronegócio e que regem a atuação do MAPA, mas não conseguiu quantificar o número de atos revogados. O estudo abarcou um período mais longo, que vai de 28 de julho de 1860, data da criação do MAPA, até 22 de janeiro último. A pesquisa da BINAGRI, contudo, não levou em consideração atos administrativos normativos editados por outros ministérios – a exemplo do Ministério da Economia (ME) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – contendo assuntos de interesse do agronegócio, como incidência de tributos, licenciamento ambiental etc. Desta forma, o quantitativo de atos normativos referentes ao agro é seguramente maior do que o total encontrado no SISLEGIS.

Essa grande quantidade de normas é extremamente preocupante, pois traz prejuízos ao agronegócio brasileiro na medida em que gera insegurança jurídica e contribui para elevar o custo Brasil. O excesso de normas forma um labirinto normativo, que, por sua vez, gera obscuridades, imprecisões, ambiguidades, exigências confusas e repetidas, que repercutem nefastamente, por exemplo, na prolação de decisões administrativas imprecisas abrangendo registros e licenças, além de procedimentos morosos e redundantes. Um exemplo disso pode ser visto no processo[3] em que se discutiu, em 2019, no MAPA, uma simples data de validade de produtos apícolas e que envolveu a análise de três normas diferentes (Instrução Normativa – IN – nº 22/05, Resolução MERCOSUL nº 26/03 e Decreto nº 9.013/17, que preconizavam, de maneira diversa, respectivamente, a necessidade de imposição de dia e mês caso o produto tivesse validade não superior a três meses; mês e ano para produtos que tivessem validade superior a três meses; e dia, mês e ano independentemente do prazo de validade do produto). A conclusão foi que a data de validade deveria contemplar dia, mês e ano. Não se sabe, todavia, quais foram os custos porventura suportados por empresas para trocar os rótulos dos produtos em que não constassem dia, mês e ano na data de validade de seus produtos, tampouco quantas firmas receberam do MAPA algum tipo de sanção (multa, por exemplo).

REDUZIR A INFLAÇÃO NORMATIVA

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)[4], apenas a diminuição de tarifas e a redução das normas brasileiras relacionadas às barreiras comerciais teriam um impacto de 8% sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Na mesma linha e segundo uma informação veiculada pelo ME[5], essa parafernália normativa impacta anualmente o custo Brasil em até R$ 200 bilhões, aumentando a ineficiência e a perda de competitividade dos produtos brasileiros.

Diante desse contexto, torna-se necessário buscar uma redução drástica da quantidade de normas que pautam as atuações do MAPA e do setor privado no agronegócio.

Nesse passo, o advento do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, obrigou os Ministérios a promoverem a unificação das suas INs e dos atos administrativos normativos correlatos (estão fora dessa consolidação Decretos e atos normativos superiores, a exemplo das Leis). Desta forma, o MAPA terá de providenciar a consolidação de 91.047 Portarias, 2.655 INs e 8.311 Resoluções, segundo informações da BINAGRI.

Vale notar, porém, que a consolidação normativa determinada pelo citado Decreto não é novidade. A unificação de Leis e atos administrativos normativos já havia sido prevista na Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e tem sido detalhada e especificada nos sucessivos Decretos que versaram sobre a elaboração, a redação e a consolidação de atos normativos no âmbito do poder Executivo federal, haja vista os Decretos nº 4.176, de 28 de março de 2002, e nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.

ONDE ESTARIA A SOLUÇÃO

Surge, então, a inevitável pergunta: por que, passados mais de 22 anos, o MAPA ainda não conseguiu promover a consolidação dos seus atos normativos (Portarias e INs) relativos ao agronegócio? Diversos fatores contribuíram para isso. Sem ter a pretensão de esgotar o assunto, é possível mencionar como possíveis causas:

- a ausência de uma participação efetiva de atores do agronegócio nas tentativas de consolidação realizadas anteriormente pelo Ministério, notadamente por falta de conhecimento dos Decretos nº 4.176/02 e nº 9.191/17; e
- a inexistência de uma central normativa na estrutura do MAPA com competências para monitorar e coordenar toda a sua produção normativa.

Assim, para que, dessa vez, seja exitosa a unificação dos atos normativos que está sendo desenvolvida pelo MAPA, torna-se desejável a participação efetiva do setor privado.

A iniciativa privada tem a oportunidade de participar por meio:

- da realização de seminários e congressos, em que se possa debater e encontrar soluções para o problema da inflação normativa agropecuária;
- da qualificação de atores privados do agronegócio, mediante a capacitação em cursos; e
- da apresentação ao MAPA de propostas fundamentadas de unificação de atos normativos, por exemplo, relativos a temas de interesse de cadeias produtivas (contendo minuta de ato normativo mais os subsídios capazes de satisfazer as exigências do art. 32 do Decreto nº 9.191/17 e do seu anexo).

Além disso, o MAPA precisará modificar a sua estrutura regimental, visando instituir uma central normativa que seja capaz de monitorar e coordenar toda a sua produção de normas. Essa central

SHUTTERSTOCK



QUANTITATIVO DE ATOS EDITADOS POR ENTE FEDERATIVO E ESPÉCIE NORMATIVA PUBLICADA

ENTE FEDERATIVO	Espécies normativas publicadas	Quantidade
União Federal	Constituição	1
	Emendas Constitucionais	108
	Leis Complementares	109
	Leis Ordinárias	6.124
	Leis Delegadas	2
	Medidas Provisórias	6.995
	Decretos	13.247
	Normas complementares (Portarias, INs etc.)	141.130
	Subtotal	**167.716**
Estados	ND*	1.722.736
Municípios	ND*	4.197.021
TOTAL		**6.087.473**

*Dado não disponibilizado
Fonte: IBPT

ATOS NORMATIVOS QUE INCIDEM SOBRE ATORES DO AGRONEGÓCIO

NORMA	Quantidade
Leis	1.944
Leis Complementares	30
Medidas Provisórias	1.246
Decretos-Lei	320
Decretos	10.985
Portarias	91.047
INs	2.655
Resoluções	8.311
TOTAL	**116.538**

Fonte: SISLEGIS



poderá estar diretamente subordinada ao ministro do MAPA, por exemplo sob a forma de uma Assessoria.

Portanto, acredita-se que essas medidas – consolidação normativa com desejável participação da iniciativa privada e criação de uma central normativa na estrutura do Ministério – sejam soluções adequadas para o MAPA racionalizar e sistematizar a sua produção normativa e, com isso, incrementar a segurança jurídica e reduzir consideravelmente o custo Brasil, beneficiando todo o agro. ■

1 Disponível em: https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI313899,11049-Brasil+tem+mais+de+790+mil+normas+vigentes+foram+mais+de+6+mi

2 SISLEGIS é uma base de dados que armazena e atualiza diariamente a legislação federal, contendo, principalmente, atos normativos emanados do MAPA

3 Processo Administrativo nº 21052.020151/2019-67

4 Disponível em: www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm

5 Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2019/12/decreto-orienta-revisao-e-consolidacao-de-atos-normativos-da-administracao-publica-federal

*Advogado da União na Consultoria Jurídica (CONJUR) do MAPA

VIT Integra

Uma comunicação inteligente para aliar o que há de melhor em cada solução Vittia ao seu cultivo, simplificando processos, aumentando e rentabilizando sua produtividade.

Vit Integra.
Integração que gera soluções.



Com o conceito "Integração que gera soluções", o Grupo apresenta de forma simples todas as tecnologias que oferece aos seus clientes.

São mais de 200 produtos direcionados para as mais diversas culturas, em diferentes estágios fenológicos, categorizados em inoculantes, biofertilizantes, nutrição, fertilizantes organominerais, controle biológico e adjuvantes.

Conheça a fundo todas as soluções que o Grupo Vittia oferece, aumentando seus resultados e sua rentabilidade de forma estratégica no campo.



www.vittia.com.br

VITTIA
GRUPO

Biosoja Agrociência
SAMARITÁ AGROCIÊNCIA
GRANORTE FERTILIZANTES
Biovalens Biotecnologia

FIM DO SUBSÍDIO NO NOVO PLANO SAFRA

DA REDAÇÃO

Consolidando o movimento iniciado nas últimas versões, o Plano Safra 2020/2021 marca o fim do subsídio da taxa de juros do financiamento rural. Quem tem disponibilidade de recursos próprios deve utilizá-los!

A 29ª versão do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), referente à safra 2020/21, foi apresentada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em junho último. Além de traçar as diretrizes da produção agropecuária no País, o Plano Safra 2020/2021 define o montante de recursos e as taxas de juros para os financiamentos adquiridos por pequenos, médios e grandes produtores durante o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Consolidando o movimento iniciado nas últimas versões, o PAP da safra 2020/21 marca o fim do subsídio da taxa de juros do financiamento rural. No passado, quando o País convivia com um cenário de taxa básica de juros (Selic) elevada, o governo federal atuava no mercado, por meio do Plano Safra, subsidiando as operações de financiamento contratadas pelos produtores rurais a fim de assegurar que as taxas de juros cobradas pelos bancos fossem inferiores à taxa básica da economia. Para o próximo Plano Safra, a taxa de juros que mais se aproxima da taxa básica da economia – que, no momento de produção deste artigo, está em 2,25% – é a de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 2,75% (0,50% acima da Selic), o que representa apenas 8,3% do total do crédito rural.

O Brasil caminha a passos largos para obrigar o setor financeiro a realizar empréstimos ao setor rural, mas apenas aos pequenos proprietários. Estes, sem uma obrigação para receber empréstimos, ficariam sem nada. Os médios e os grandes produtores já estão nas mãos do mercado. O mundo mudou.

Ainda assim, 55,3% dos recursos do Plano Safra têm como destino o financiamento do custeio de grandes produtores, com taxa de juros fixada em 6,0% ao ano. O financiamento de investimentos, destino de 24,1% dos recursos, possui uma taxa que varia de 4,5% a 7,5% ao ano. Ou seja, mesmo não havendo mais subsídio, ainda se canaliza recurso para os médios e os grandes que já foram empurrados para o mercado. Enquanto a Selic caiu mais de 50% entre os Planos Safra 2019/2020 e 2020/2021, a taxa de juros anunciada para a agricultura caiu, na média, 16,60%. Em quatro anos, a Selic caiu de 14,25% para 2,25% (-84,2%), enquanto o crédito para custeio, por exemplo, caiu de 9,50% para 6,00% (-36,8%) e o Moderfrota, de 8,50% para 7,50% (-11,8%).

Neste momento, a taxa de juros futuros para os próximos doze meses na B3 (a bolsa de valores oficial do Brasil) – que representa a expectativa dos agentes do mercado para a taxa Selic – está abaixo de 2,4%. Assim, nem mesmo o mercado espera uma elevação da Selic no próximo ano, o que derruba um possível argumento dos bancos para defender as elevadas taxas definidas pela política agropecuária que se apoie no risco de elevação da Selic pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Além disso, segundo o boletim Focus, do BCB, a expectativa do mercado é de que a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) acumulada de 2020 seja de 1,6%. Considerando essa base para a inflação, as taxas de juros reais no Plano Safra 2020/2021 variam de 1,13% a 4,33% a.a. no crédito de custeio e de 2,85% a 5,81% a.a. no crédito de investimento. O produtor rural dificilmente conseguirá obter um retorno real acima de 2% nas suas aplicações bancárias. Desta forma, a melhor decisão é financiar a produção com recursos próprios.

ATENÇÃO À TAXA DE JUROS

Durante muitos anos, o agricultor brasileiro financiou a sua produção pagando uma taxa de juros real negativa (taxa de juros bancária descontada a inflação). Naquele cenário, com a parcela do financiamento sendo ajustada abaixo da inflação, o pagamento do empréstimo pesava, ao longo do tempo, cada vez menos no orçamento. No contexto atual, de juros do crédito rural positivos, o peso

SIMULAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE UM TRATOR NO VALOR DE R$ 200.000, COM PAGAMENTO EM 36 MESES

PARCELAS	Valor da prestação (R$)		Preço da soja (R$/saca)*	Número de sacas para pagamento à vista	Número de sacas para pagamento a prestação	
	Cenário 1: taxa de juros de 4,25% a.a.	Cenário 2: taxa de juros de 7,50% a.a.			Cenário 1	Cenário 2
Entrada	20.000	20.000	100,97	1.981	198	198
Parcela 1	3.785	6.628	101,77		37	65
Parcela 2	39.785	42.628	102,59		388	416
Parcela 3	39.028	41.302	103,40		377	399
Parcela 4	38.271	39.977	104,23		367	384
Parcela 5	37.514	38.651	105,06		357	368
Parcela 6	36.757	37.326	105,89		347	352
TOTAL	**215.141**	**226.512**	–	**1.981**	**2.072**	**2.182**

*Preço médio no Paraná entre 1º e 23 de junho de 2020, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea); a cotação no momento da entrada foi corrigida considerando uma taxa de 1,6% a.a., a previsão do IPCA para 2020, segundo o boletim Focus, do BCB

da parcela do financiamento é maior, o que pode levar produtores desatentos a terem dificuldades de honrar suas dívidas.

Para se ter uma ideia do peso da taxa de juros sobre o resultado de um empréstimo, vamos simular o financiamento de um trator no valor de R$ 200.000, o qual se enquadra no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). A simulação considera dois cenários: (1) taxa de 4,25%, equivalente a metade da taxa de juros do PAP 2019/2020, acompanhando o corte de aproximadamente 50% na Selic nos últimos doze meses; e (2) taxa de 7,50%, definida no PAP atual.

Se um produtor de soja no Paraná optasse por realizar o pagamento à vista do trator, entregaria o equivalente a 1.981 sacas do cereal. Por outro lado, pagando em seis parcelas, ao longo de 36 meses, seriam necessárias 2.072 sacas no cenário 1 (+4,6%) ou 2.182 sacas no cenário 2 (+10,2%).

Na simulação, o preço da soja foi ajustado pela inflação ao longo dos 36 meses de financiamento. No entanto, passamos por um momento de preços em reais elevados em decorrência da demanda aquecida e da valorização do dólar. Imaginando outra situação, em que o preço não aumentaria, ou

RECURSOS PARA O CRÉDITO RURAL

(R$ BILHÕES)

FINALIDADE	Plano Safra 2019/2020	Plano Safra 2020/2021	Variação %
Custeio e comercialização	**169,33**	**179,38**	**5,9%**
Grandes produtores	127,27	130,61	2,6%
Pronamp* (médios produtores)	23,77	29,36	23,5%
Pronaf (pequenos produtores)	18,29	19,40	6,1%
Investimento	**53,42**	**56,92**	**6,6%**
Grandes e médios produtores	40,49	43,32	7,0%
Pronaf (pequenos produtores)	12,93	13,60	5,2%
RECURSO TOTAL DO PLANO SAFRA	**222,74**	**236,30**	**6,1%**

*Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
Fonte: DCI/SPA/MAPA

TAXAS DE JUROS DO CRÉDITO RURAL

FINALIDADE	Plano Safra 2019/2020	Plano Safra 2020/2021	Variação %
Custeio e comercialização			
Grandes produtores	8	6	-25,0%
Pronamp (médios produtores)	6	5	-16,7%
Pronaf (pequenos produtores)	3,00 e 4,60	2,75 e 4,00	-8,3% e -13,0%
Investimento			
Moderfrota	40,49	43,32	7,0%
Programa ABC[1]	12,93	13,60	5,2%
PCA[2]	40,49	43,32	7,0%
Inovagro[3] e Pronamp	12,93	13,60	5,2%
Moderinfra[4] e Moderagro[5]	40,49	43,32	7,0%
Prodecoop[6]	12,93	13,60	5,2%
Taxa Selic (% ao ano)	40,49	43,32	7,0%
IPCA – abril e maio (% ao ano)	12,93	13,60	5,2%

1 Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura; 2 Programa para Construção e Ampliação de Armazéns; 3 Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária; 4 Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido; 5 Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais; 6 Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Fonte: DCI/SPA/MAPA

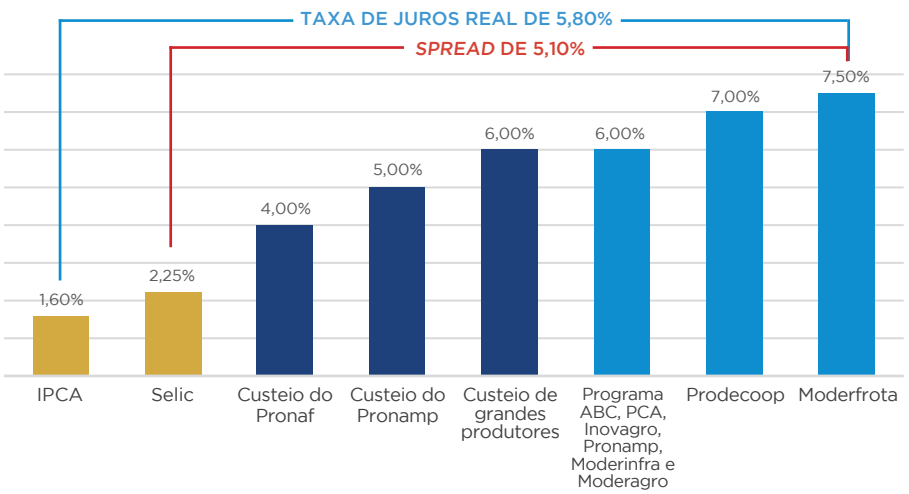
até mesmo desvalorizaria, devido à conjuntura do mercado, a quantidade de sacas de soja necessária para quitar o financiamento do trator poderia ser muito maior. Vale lembrar que o cenário 1 é hipotético, ou seja, é meramente demonstrativo. No novo PAP, está valendo o cenário 2.

O PAP 2020/2021

Analistas de mercado estimam que o orçamento total necessário para girar uma safra com custeio, comercialização e investimento esteja na ordem de R$ 650 bilhões a R$ 700 bilhões. A maior parte desse montante é financiada pelos próprios agricultores, pelas *tradings* e pelas empresas de insumos. Com recursos limitados para atender a demanda de crédito rural, o Governo optou, mais uma vez, por priorizar pequenos e médios produtores.

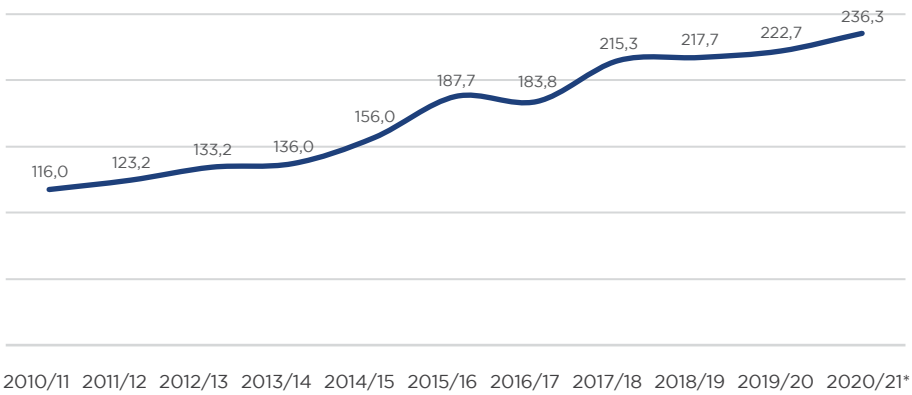
O orçamento total do PAP da safra 2019/20 é de R$ 236,30 bilhões, R$ 13,56 bilhões superior ao anterior (+6,1%). O incremento foi 4,4% superior à inflação dos últimos doze meses (abril de 2019 a maio de 2020). Do total, R$ 179,38 bilhões (+5,9%) serão destinados a custeio e comercialização e os outros R$ 56,92 bilhões (+6,6%), a investimento.

COMPARAÇÃO ENTRE A INFLAÇÃO, A SELIC E AS TAXAS DE JUROS DO PLANO SAFRA 2020/2021



BRASIL: VALOR APLICADO NO CRÉDITO RURAL

(R$ BILHÕES)



*Valor programado
Fonte: MAPA

A capacidade dos títulos do agronegócio de suprir a necessidade de recursos para crédito continua sendo posta em jogo. As medidas da Lei nº 13.986/20, cujo texto está baseado na conhecida Medida Provisória nº 897/19 (MP do Agro), seguem em processo de regulamentação. O objetivo é ampliar o acesso do agronegócio aos recursos do mercado de capitais, inclusive fundos de investimento internacionais, como já mencionado anteriormente.

Os bancos afirmam que as operações de crédito rural são onerosas porque abrangem despesas com fiscalização no imóvel rural, elaboração de projetos, inadimplência, remuneração dos agentes etc. Além disso, existem dois pontos polêmicos que tornam o cenário ainda mais turvo. O primeiro, mais antigo, diz respeito ao fato de as instituições financeiras condicionarem a tomada de crédito agrícola à contratação de outros serviços bancários, como consórcios e seguros. E o segundo refere-se à recuperação judicial dos produtores rurais, o que traz grande insegurança jurídica a esse processo (esse assunto é tratado com mais detalhe no artigo da página 21).

AVANÇO NO SEGURO RURAL

O orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é estimado em R$ 1,3 bilhão para 2021, contra R$ 955 milhões em 2020 – um crescimento de 36,1%. O MAPA tem como objetivo alcançar um orçamento de R$ 2,5 bilhões até 2023.

O seguro rural pode oferecer uma cobertura que atende, ao mesmo tempo, produtores, financiadores, investidores, parceiros de negócios etc. Todos estão interessados na diluição dos riscos da atividade.

O aplicativo do PSR desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) serve como ferramenta para conectar o agricultor com as seguradoras e levar informações ao agricultor sobre o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). ■



CENÁRIOS DE INCERTEZA AFETAM O MERCADO DE CACAU

AIPC
Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau

Impactos da pandemia sobre a economia derrubam o consumo no mercado interno e reverberam no setor produtivo.

ASSIM COMO para a economia em geral, o ano de 2020 mostrava boas perspectivas para a cadeia produtiva de cacau. A partir da metade de março, no entanto, esse panorama modificou-se, com sinais crescentes de fragilidade. Com a chegada e os efeitos colaterais da pandemia do novo coronavírus no Brasil, as medidas tomadas pelos governos estaduais, de quarentena e isolamento dos cidadãos, implicaram o fechamento das lojas de rua e dos *shoppings*.

Imediatamente, esse fato teve impactos de forma imprevista sobre os canais de venda dos produtos de chocolates, desde o segmento artesanal, passando pelos estabelecimentos independentes, até o mercado de alimentação fora do lar (*food service*). Isso trouxe recessão e provocou retração na renda e no consumo das famílias. De abril a junho, os pedidos de seguro-desemprego tiveram um aumento expressivo, segundo o Ministério da Economia (ME).

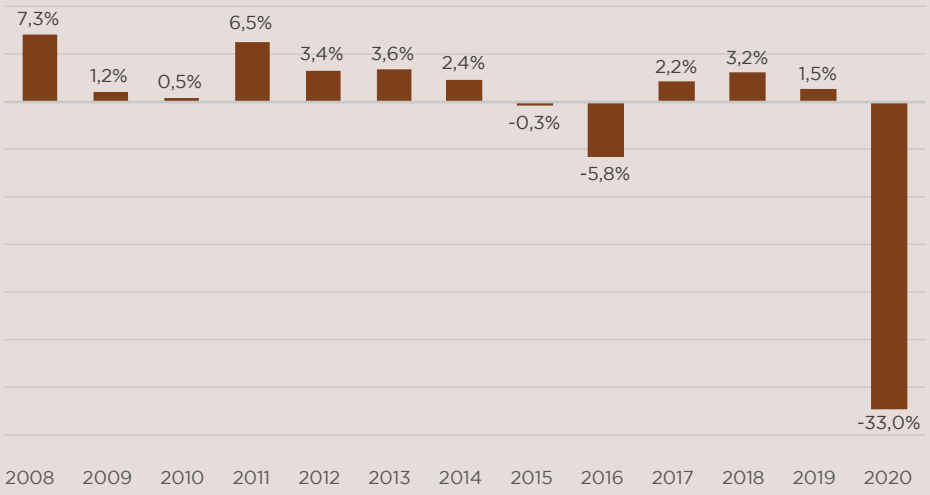
No caso específico dos chocolates, a queda no consumo sofreu um duro golpe, com a redução de 33% nas vendas durante a Páscoa, segundo dados da Boa Vista SCPC. Tida como a data mais importante para toda a cadeia produtiva de cacau, esse período tem como símbolo o chocolate, com a concentração da maior parte da sua comercialização durante o exercício.

As indústrias processadoras de cacau exercem um papel importante na transação e na oferta dos produtos nos mercados de atacado e varejo. A praxe normal é fechar negócios com



Anna Paula Losi, diretora executiva da AIPC

BRASIL: VARIAÇÃO DAS VENDAS DE CHOCOLATE NA PÁSCOA



Fonte: Boa Vista SCPC



prazos bastante antecipados para as compras dos consumidores durante a Páscoa. Daí o motivo de as vendas ainda terem ficado dentro dos volumes considerados normais no primeiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2019, com moagem de 56.985 toneladas de cacau (+6,5%) e recebimento de 50.525 toneladas (+29%).

"Como, em geral, concluem seus pedidos entre o final do ano anterior e o mês de janeiro do ano corrente, as processadoras não sentiram os contratempos das entregas para a comemoração da Páscoa", esclarece Anna Paula Losi, diretora executiva da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC). No entanto, neste ano, tendo passado essa fase, as mesmas indústrias chocolateiras passaram a reduzir de maneira drástica os pedidos, em decorrência da baixa no giro do varejo.

MOVIMENTOS DE REDUÇÃO

O mercado começou o primeiro semestre com boas perspectivas. De janeiro a março, o setor moageiro inflou o volume de recebimentos e sustentou as exportações, em linha com o gradual crescimento no consumo de chocolates e demais produtos derivados.

A partir do segundo trimestre, no entanto, o contexto tomou o rumo inverso no acumulado de abril e maio em comparação aos mesmos meses de 2019. O volume de moagem recuou 20,9%, passando de 38,2 mil para 30,2 mil toneladas. Já o recebimento de cacau nacional, em pleno período de início da safra, caiu 3%, de 32,6 mil para 31,5 mil toneladas. Ainda assim, quando se analisa o acumulado dos cinco primeiros



meses de 2020 em comparação a 2019, há um aumento de 22,6% no volume recebido, de 50.925 para 62.436 toneladas.

Diante desses resultados, a indústria processadora prosseguiu com as compras das amêndoas dos produtores. "Faz parte do fluxo normal do setor contribuir com e apoiar a cadeia produtiva justamente na fase de início da safra do Brasil, quando há oferta crescente na quantidade de matéria-prima disponível", afirma Losi. A capacidade da indústria de assumir e acumular riscos dependerá dos fatores da demanda do produto final ao longo dos próximos meses. "As posições para assumirmos as aquisições e as armazenagens do cacau dependerão da garantia dos pedidos de compra dos clientes ou da suficiência do preço pago para cobrir os custos", explica a diretora da AIPC.

QUEDA NA DEMANDA E IMPACTO SOBRE OS PREÇOS E AS IMPORTAÇÕES

Quando se traça uma visão global, percebe-se um quadro ainda mais complexo, visto que a queda na demanda por derivados (produtos oriundos do processamento de cacau, como liquor, manteiga e pó) e amêndoas não está ocorrendo somente no Brasil, mas também no mercado externo. A Argentina e os Estados Unidos, dois dos principais mercados para a indústria processadora, mostram uma queda na demanda e uma demora maior nos trâmites de registros para cruzar as fronteiras. Com a retração do consumo e da demanda no Brasil e no exterior, somada ao aumento da oferta de cacau com o início da safra temporã, o mercado experimenta um enfraquecimento nos preços.

Guilherme de Castro Moura, vice-presidente administrativo financeiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), explica o impacto da queda dos preços não somente sobre a rentabilidade dos produtores, mas também sobre a capacidade de investimentos. "O efeito desse deságio dos últimos meses carrega como base de cálculo uma análise



Guilherme de Castro Moura, vice-presidente administrativo financeiro da FAEB

de risco que leva em consideração o quadro duvidoso vivido e fomentado pela queda no consumo verificada após a Páscoa", pondera. A esperança dos produtores leva em conta mudanças nesse panorama nebuloso, com mais firmeza na recuperação dos preços.

No caso brasileiro, a desvalorização do real em relação ao dólar ajudou a compensar a queda nos preços. Anna Paula Losi justifica que "isso acontece porque o preço-base usado como referência é o valor praticado na Bolsa de Nova York, em dólar, enquanto os produtores brasileiros recebem seus pagamentos em reais. Assim, devido à depreciação do real em relação ao dólar, o preço praticado aqui compensa a redução causada pela menor demanda".

Uma alternativa seria desenvolver novas maneiras estratégicas para vender o cacau nacional diretamente na Bolsa de Nova York, por meio das cooperativas ou dos consórcios. Esse modelo alternativo significa competir com outros *players* – como Equador, Peru, Nigéria e Camarões, cujos produtos possuem qualidade similar e preço menor em comparação aos da amêndoa brasileira –, tornando-se o produto brasileiro mais competitivo no exterior.



As importações de amêndoas de cacau também estão sendo afetadas. Nas últimas décadas, a produção brasileira não foi suficiente para suprir a demanda doméstica. A indústria de processadores teve de recorrer e depender das importações para atender as demandas dos clientes. Em 2019, a moagem total das indústrias foi de 219.853 toneladas, enquanto a produção nacional atingiu 178.829 toneladas. "Com a queda da demanda devido à pandemia, o nosso volume de importações deverá ser reduzido nos próximos meses, em razão das forças de baixa influentes no mercado", explica Losi. Esse efeito já deu sinais evidentes em abril e maio últimos, tendo o volume importado de amêndoas passado de 12.012 toneladas, em 2019, para zero, em 2020.

Para reduzir o volume de importação de amêndoas, há um interesse comum por parte dos produtores e da cadeia produtiva. "Como a importação significa, também, altos custos com imposto e logística, cabe haver, em compensação, um aumento da produção nacional de amêndoas, com investimentos em manejo e melhora da qualidade da matéria-prima", conclui Losi.

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA E DO CONSUMO

As iniciativas para fomentar a produção brasileira decorrem não apenas de ações das empresas, mas principalmente em conjunto com os projetos do CocoaAction, lançado pela Fundação Mundial do Cacau (WCF, na sigla em inglês) no Brasil há dois anos. Esse modelo deve contribuir com o fortalecimento da cadeia de suprimentos e melhorar a produção nos próximos anos. Para Losi, "esses empreendimentos são fundamentais para ajudar os produtores a aumentarem sua rentabilidade e sua produtividade".

De fato, a organização dos produtores em associações e cooperativas não representa uma alternativa, mas sim a saída para uma ativação mais integrada da cadeia produtiva. Como a maior parte da produção vem das pequenas propriedades, cabem instrumentos de apoio para os produtores emergirem em termos econômicos e tecnológicos. "Essa organização será fundamental para conseguirem ter acesso a crédito, investirem em máquinas e melhorarem o manejo, com repercussão na qualidade e na produtividade para acesso a novos mercados", enfatiza Moura. Na análise do vice-presidente da FAEB, será preciso, no curto prazo, uma melhora na conjuntura para que o produtor tenha condições para investir e conseguir acesso ao financiamento.

PROCESSAMENTO, RECEBIMENTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS E EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS (EM TONELADAS)

ANO	Amêndoas				Derivados
	Processamento	Recebimento	Importação	Exportação	Exportação
2010	222.354	198.889	47.413	243	59.382
2011	229.129	176.580	32.516	724	59.395
2012	235.760	228.811	54.886	483	52.891
2013	230.177	194.276	17.003	338	47.555
2014	224.445	218.472	38.042	501	50.278
2015	219.332	229.201	11.021	6.831	57.975
2016	216.504	152.350	57.507	389	60.588
2017	218.383	162.130	61.005	754	59.901
2018	220.257	197.542	62.469	616	49.432
2019	219.853	178.829	56.110	491	50.408

Fonte: AIPC

Diante da atual conjuntura de incertezas, ainda fica difícil prever e mensurar os impactos da pandemia sobre o setor. "No melhor dos cenários, esperamos uma retração entre 5% e 10% da moagem, sendo que a retomada do setor dependerá de dois fatores importantes totalmente externos à cadeia produtiva: a volta do consumo e a recuperação da economia", completa Losi.

O contexto complexo mostra a necessidade relevante de uma melhor organização do setor. Existe a premência de se encontrarem alternativas para a produção e a venda diante dessa pandemia vivida pelos cidadãos, sem se saber ao certo quanto tempo ela durará. O esforço deve ser focado na direção de facilitar o acesso ao crédito. O investimento em assistência técnica com manejo e tratamento do cacau refletirá em um aumento da qualidade das amêndoas e, consequentemente, na oportunidade de se alcançarem novos mercados. Para Losi, "isso ajudará a cadeia produtiva a dar um novo passo em direção à construção de um mercado mais maduro, com frutos de um padrão superior e um valor agregado maior". ■

INVESTIMENTOS EM QUALIDADE E NOVOS MERCADOS

Em meio às dificuldades impostas pelos cenários global e doméstico para a cadeia produtiva de cacau, os produtores reagem na prática com o trabalho em rede. O resultado dessa estratégia fortalece a distribuição dos produtos e a conquista de novos mercados. A seguir, são apresentados quatro exemplos importantes:

Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) – Tomé Açu-PA

Tal Cooperativa possui um quadro associativo formado por 130 produtores de cacau e participação de 25% na produção regional. Os seus produtores cultivam cerca de 1 milhão de pés, com colheita média anual de 800 toneladas. A maior parte das amêndoas vai direto, via exportação, para clientes no Japão, há onze anos.

Alberto Ke-iti Oppata, presidente da Cooperativa, explica que "o percentual exportado varia conforme o clima ambiental de cada ano, já tendo sido embarcados até 80% da produção para o mercado japonês". Ele completa referindo a necessidade de investir na organização da entidade, com melhora de assistência técnica para obter a certificação e o direito ao selo de Indicação Geográfica (IG). "O nosso trabalho de orientação começa com o plantio de variedades indicadas para a produção de cacau fino. Seguimos protocolos para poda e adubação. Tudo isso para atender os padrões buscados pelos nossos clientes", destaca Oppata.



Alberto Ke-iti Oppata, presidente da CAMTA

Para acompanhar de perto o controle de qualidade da produção, os produtores contam com o apoio dos próprios compradores. Entre as vantagens dessa parceria, destacam-se tanto o acesso a assistência técnica, como o preço pago pela tonelada da amêndoa. "O *know-how* compartilhado conosco reflete-se na qualidade das amêndoas produzidas, com maior valorização e melhor remuneração do produtor pelo mercado internacional em relação ao interno", pondera Oppata.

Festival Chocolat Amazônia 2019 – Novo Repartimento-PA

Após vencerem o prêmio de Chocolate de Origem da Amazônia de 2019, os produtores de cacau desse município estão motivados para a construção de uma mini-indústria de amêndoas. Esse projeto será importante para o desenvolvimento da cacauicultura local, cujo ponto-chave está em fortalecer investimentos em assistência técnica, na opinião do consultor Pedro Souza dos Santos, da empresa Agro Amazônia.

Na sua explicação, "sem a orientação para o manejo adequado, o produtor fica para trás. Esse acesso trará um aumento considerável não só para a produção, mas também para a produtividade". No passado, o mercado não valorizava a amêndoa de melhor qualidade com uma remuneração melhor para o produtor. Essa mudança representa mais oportunidades de negócios para todos", afirma Souza dos Santos.



Pedro Souza dos Santos, da empresa Agro Amazônia

Associação dos Cacauicultores do Espírito Santo (ACAU) – Linhares-ES

Formada por 56 produtores, essa Associação está atenta para as vantagens advindas de investir na melhoria da produção e na organização. Os esforços são cada vez maiores para fortalecer esse processo de desenvolvimento. O caminho consiste em estimular a produção de cacau fino para atender a demanda das empresas de chocolates *premium* na região.

Mauro Rossoni Júnior, presidente da entidade, cita os retornos dos investimentos no manejo para a produção de amêndoas de maior qualidade. Muitos já têm o selo de IG. "Hoje, o cacau fino representa 15% da produção total dos associados, com potencial para crescer mais".

Aos poucos, a mentalidade do produtor muda, e este começa a enxergar a importância de se organizar para buscar novas oportunidades de mercado e não depender apenas do setor público. "É preciso que nos organizemos, mas precisamos reinventar e buscar, juntos, novas oportunidades e mercados. Os nossos passos devem ser no sentido de buscar clientes no mercado externo em breve", finaliza.

Sindicato dos Produtores Rurais de Ilhéus – Ilhéus-BA

O desenvolvimento do segmento de chocolate *bean to bar* representa uma alternativa para os produtores de cacau da Bahia. Há um movimento importante estimulando que as cooperativas e as associações também se organizem para investir na melhora do manejo e da qualidade do cacau, com olhos voltados para o mercado externo. "Ainda pequena, a parcela do segmento de cacau fino corresponde a apenas 2% do total produzido no estado, mas deve continuar a crescer nos próximos anos", esclarece Milton Andrade Junior, presidente do Sindicato e produtor.

Ele cita, inclusive, algumas inciativas vindas do governo federal para a criação de oportunidades ao setor, como um fundo para o cacau – a exemplo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) – e as exportações, como a plataforma Agro.BR, promovida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) com o intuito de fomentar a exportação de produtos como o cacau fino.



Milton Andrade Junior, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ilhéus e produtor

A ***Agroanalysis*** agradece a participação e a contribuição da jornalista Juliana Ribeiro, coordenadora de Comunicação da AIPC.


SHUTTERSTOCK

COMBATE À POLUIÇÃO SERÁ PRIORIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Tereos

A solução para prevenir doenças respiratórias existe e está disponível no Brasil há quarenta anos: aumentar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes.

JACYR COSTA FILHO

Membro do Comitê Executivo do Grupo Tereos e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp)



NOS ÚLTIMOS meses, estamos vivendo algo que nunca pensamos presenciar: a pandemia de um vírus jamais visto paralisou várias atividades do nosso cotidiano, seja no trabalho ou na vida social. O alto grau de contágio e a falta de uma terapia comprovada que enfrente os males decorrentes do novo coronavírus fazem com que muitas pessoas no mundo inteiro estejam confinadas neste momento. Só para reforçarmos a realidade do isolamento social: em 28 de abril último, data em que se comemora o Dia da Educação, cerca de 1,3 bilhão de estudantes no mundo inteiro estavam em suas casas, ou seja, três em cada quatro alunos.

A COVID-19 nos trouxe diversos percalços, mas também muitos aprendizados. O primeiro é que a sociedade já deveria ter elevado a preocupação com a saúde pública. E não me refiro a estarmos preparados com leitos de hospitais, mas sim para evitarmos doenças. A poluição, principalmente a do ar, é um dos maiores problemas de saúde pública do mundo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 90% da população do Planeta vive em locais com a qualidade do ar abaixo do recomendado. A instituição estimou, também, que a poluição é responsável por 7 milhões de mortes prematuras por ano em todo o mundo. Especificamente na capital paulista, a poluição é responsável por 12% das internações hospitalares, segundo o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP).

Alguns cientistas apontam que a queda da poluição que acontece durante a quarentena é tão acentuada que, se estivéssemos com os índices atuais antes da pandemia, milhares de vidas seriam salvas, pois a COVID-19 é responsável por provocar



> **"PARA A ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE HARVARD T.H. CHAN, EM BOSTON, EXISTE UMA LIGAÇÃO DIRETA ENTRE TAXAS MAIS ALTAS DE MORTALIDADE PELA COVID-19 E A POLUIÇÃO. AS CIDADES COM PIOR QUALIDADE DO AR, POR EXEMPLO, POSSUEM ATÉ 15% MAIS CHANCES DE MORTE PELA DOENÇA DO QUE LUGARES MAIS LIMPOS."**

e agravar quadros de doenças respiratórias em todo o Planeta. Para a Escola de Saúde Pública de Harvard T.H. Chan, em Boston, existe uma ligação direta entre taxas mais altas de mortalidade pela COVID-19 e a poluição. As cidades com pior qualidade do ar, por exemplo, possuem até 15% mais chances de morte pela doença do que lugares mais limpos. Outro achado do estudo conduzido em Harvard aponta que o aumento de apenas 1% na concentração de material particulado fino no ar resulta em um incremento de 8% das mortes pela COVID-19.

Em Nova York, as emissões de monóxido de carbono de automóveis diminuíram 50% no período de isolamento social em comparação ao ano passado, segundo a Universidade Columbia. Na capital mais poluída do mundo, Nova Delhi, na Índia, foi registrada uma queda de 71% nos níveis de particulados – de 91 para apenas 26 microgramas de partículas por metro cúbico ($\mu g/m^3$). Em novembro do ano passado, a cidade atingiu cerca de 700 $\mu g/m^3$ e foi declarada emergência de saúde pública devido aos perigosos níveis de poluição, de acordo com o serviço meteorológico do país.

Segundo uma pesquisa publicada pelo físico Paulo Artaxo, da USP, a gasolina aumentou, em 2017, em 30% a emissão de nanopartículas que entram nos pulmões, o que compromete o sistema respiratório.

No seu ciclo completo, o etanol produzido a partir de cana-de-açúcar no Brasil proporciona uma redução de até 90% das emissões de CO_2 em relação à gasolina. Pela sua origem vegetal, a fotossíntese absorve o gás carbônico da queima do produto. Desde 2003, já foram evitadas emissões de 603 milhões de toneladas de CO_2 na atmosfera brasileira – o equivalente ao plantio de 4 bilhões de árvores.

Graças ao etanol, a maior metrópole da América do Sul, São Paulo, tem registrado um ar mais limpo, com o advento dos carros *flex-fuel*. Em 2001, a cidade chegou a emitir 59 $\mu g/m^3$ de material particulado. Hoje, são 29 $\mu g/m^3$ na média anual, bem mais próximo ao indicado pela OMS, que é de 20 $\mu g/m^3$. Já tivemos uma grande evolução, mas ainda temos muita oportunidade para melhorar.

O Brasil é o segundo maior produtor de biocombustíveis, atrás apenas dos Estados Unidos, e dispõe de infraestrutura para distribuição dos combustíveis renováveis por meio dos seus mais de 42 mil postos de combustíveis. Só na safra 2019/20, foram produzidos 34,2 bilhões de litros de etanol e quase 6 bilhões de litros de biodiesel.

A solução para prevenir doenças respiratórias existe e está disponível no Brasil há quarenta anos. Utilizar mais biocombustíveis é uma das maneiras mais eficazes de se combater a poluição atmosférica. O exemplo brasileiro poderá ser copiado em países em que a poluição do ar é um grave problema, como a já citada Índia e, também, a China.

Portanto, quando "tudo isso acabar" – uma das expressões mais lidas e ouvidas em matérias e *lives*, imbuída da esperança de retorno às atividades cotidianas –, é importante que não nos esqueçamos de que o álcool salva vidas não apenas na hora de higienizarmos as mãos, mas também quando abastecemos os nossos automóveis. ■



LUCAS NINNO

PROGRAMA AGROCIENTISTA

OS RESULTADOS das pesquisas científicas financiadas pelo Programa Agrocientista, da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), visam mudar a realidade da agricultura mato-grossense.

O presidente da Aprosoja, Antonio Galvan, lembra que a entidade se preocupa com o avanço da agricultura em Mato Grosso e investe em sustentabilidade, defesa agrícola e pesquisas científicas.

"Não é recente a nossa preocupação com estudos que garantam mais produtividade e maiores sustentabilidade e rentabilidade ao produtor e à economia, por exemplo. Por isso, investimos muito em pesquisa científica, em estudos sérios. Exemplo disso são os mais de R$ 2 milhões investidos em projetos de pesquisa até 2011 no Agrocientista", pontuou.

CORREÇÃO DO SOLO

MÉTODO INÉDITO PARA CÁLCULO DO CALCÁRIO

O resultado da pesquisa descobriu duas curvas que podem ser utilizadas para a correção da acidez em solos a partir de agora.

O estudo financiado pelo Programa Agrocientista descobriu duas curvas inéditas, capazes de corrigir a acidez nos solos de áreas agricultáveis no estado. A mudança dará mais agilidade ao cálculo da quantidade de calcário adequada para cada solo e garantirá mais economia aos produtores.

Mesmo com uma extensão territorial continental, o estado de Mato Grosso não contava com uma metodologia de calibragem de solo para correção da acidez e se baseava em curvas de outras localidades, como o estado de São Paulo por exemplo. A pesquisa "Estimativa da acidez potencial dos solos do estado de Mato Grosso com base em métodos tampões" recebeu um auxílio no valor de pouco mais de R$ 72 mil da Aprosoja e deve mudar a realidade do estado.

"Chegamos ao método Shoemaker, McLean and Pratt (SMP) e ao método Santa Maria. Antes, utilizávamos curvas de outros estados, que poderiam ser mais demoradas e onerosas. Além disso, o uso de tais curvas poderia superestimar ou subestimar a quantidade de calcário adequada para o produtor. Uma vez que, hoje, temos essa calibragem, a quantidade de calcário será mais assertiva para corrigir essa acidez. Esse método é utilizado no Brasil, mas ele exige calibração regional, o que, até então, não havia em Mato

Grosso", detalhou o autor da pesquisa, o engenheiro-agrônomo e doutor Marcelo Ribeiro Vilela Prado.

PESQUISA

O autor do estudo ingressou no Doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 2014. Vilela Prado escreveu o projeto para concorrer ao edital do Agrocientista da Aprosoja e, em 2015, foi contemplado. O objetivo da pesquisa foi desenvolver uma curva capaz de estimar a acidez potencial do solo para Mato Grosso com base em métodos tampões, que, segundo o pesquisador, são métodos rápidos, práticos e eficientes para uso de laboratório, mas que não existiam no estado. Para isso, 196 amostras de solo foram coletadas na camada arável (0 a 20 cm) em diferentes sistemas agropastoris e nativos adjacentes.

"Passei para a segunda fase de campo e estive em todas as regiões do estado coletando os solos. Em agosto de 2018, fiz a defesa e fui aprovado. Agora, estão saindo artigos referentes a essa tese, e o apoio da Aprosoja foi fundamental nesse processo", destacou.

Em fevereiro de 2020, o artigo foi publicado pela Editora UFLA na revista Ciência e Agrotecnologia, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), de Minas Gerais.

O pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agricultura Tropical (PPGAT) da UFMT, Milton Ferreira de Moraes, que foi orientador de Vilela Prado, lembra que essa pesquisa vem de uma demanda antiga. "Há uns cinco anos, produtores queixavam-se da variação nas análises de solo, o que reuniu diversas instituições, como a Aprosoja, a Fundação MT, a UFMT, e fizemos um estudo que, ao final, resultou em um *workshop* com laboratórios. Agora, o método está desenvolvido. Já saiu o artigo, e a ideia, agora, é que todos os laboratórios se conscientizem e adotem esse método voluntariamente, já que não existe uma normatização para isso. E a pesquisa não para: vamos partir para a próxima fase, que será provavelmente na safra 2020/21, em campo", informou.

O presidente da Aprosoja, Antonio Galvan, lembra que a entidade se preocupa com o avanço da agricultura em Mato Grosso e investe em sustentabilidade, defesa agrícola e pesquisas científicas. "Não é recente a nossa preocupação com estudos que garantam mais produtividade e maiores sustentabilidade e rentabilidade ao produtor e à economia, por exemplo. Por isso, investimos muito em pesquisa científica, em estudos sérios. Exemplo disso são os mais de R$ 2 milhões investidos no Agrocientista", pontuou.

O Agrocientista é um programa de iniciativa da Aprosoja que oferece auxílio e incentivo à pesquisa científica e já financiou R$ 2.060.448,73 em projetos de pesquisa desde 2011.

SUSTENTABILIDADE

PRODUTORES DE MATO GROSSO SÃO EXEMPLOS DE PRESERVAÇÃO DE NASCENTES

Um mapeamento da Aprosoja mostra que 95% das fontes estão intactas.

O Projeto Guardião das Águas, da Aprosoja, já mapeou 26 municípios, identificou 41.548 nascentes e apontou que, em média, 95% das nascentes localizadas em áreas agricultáveis no estado estão preservadas. A ação, que identifica e classifica nascentes em áreas de agricultura, foi iniciada, em 2018, com a finalidade de orientar e apoiar o produtor rural na manutenção, na preservação e no restauro das nascentes em Mato Grosso.

Apontado, até o momento, como possuidor do maior número de nascentes identificadas, o município de Paranatinga conta com 12.742 nascentes, sendo 99% delas conservadas em área de agricultura. Nova Mutum também preserva o bem natural, estando 99% das nascentes encontradas em área de plantio em bom e ótimo estado de conservação. Dados da Aprosoja apontam, ainda, os municípios de Primavera do Leste, Gaúcha do Norte e Diamantino com 97% das fontes conservadas. Em Sorriso, são 96%. A identificação passou, também, por Tapurah (95%).

"O que identificamos, até o momento, é um número muito bom de nascentes conservadas, demonstrando que, aqui, se pratica uma agricultura com responsabilidade ambiental comprovada. A preservação ambiental é uma das grandes preocupações do produtor rural, e, por isso, enquanto entidade representativa, por meio dos nossos projetos e programas, auxiliamos os nossos associados nos cuidados com o meio ambiente", enfatizou Antonio Galvan.

De acordo com a Aprosoja, por meio da ação, é possível engajar os produtores rurais a recuperarem as nascentes



degradadas, fomentarem a regularização e implementarem o Código Florestal. "É uma ação contínua que serve para instruir o produtor associado sobre os trabalhos de restauro florestal que precisam ser realizados nas fazendas", complementa o presidente da Aprosoja.

Para o produtor de Campo Novo do Parecis (distante 390 km de Cuiabá) Antonio Brolio, por meio do Projeto Guardião das Águas, a entidade mostra para a sociedade o bom trabalho do agricultor. "É extremamente importante preservar nascentes e rios. Sabemos que a água é um recurso insubstituível para a manutenção dos seres vivos. Preservando e protegendo as nossas nascentes, garantimos um futuro para as próximas gerações. Parabéns a todos os produtores mato-grossenses por serem sustentáveis e produzirem em equilíbrio com a natureza", destacou.

O Projeto segue mapeando a preservação de nascentes em Mato Grosso. Para ver os dados já capitaneados, acesse http://aprosoja.com.br.

PREVENÇÃO

APROSOJA NA LUTA CONTRA A COVID-19

A distribuição de alimentos, máscaras e bebidas à base de soja fez parte das ações de prevenção à COVID-19.

A pandemia causada pelo novo coronavírus mudou o comportamento do mundo todo. Não foi diferente para a Aprosoja, que adotou medidas de segurança e proteção à saúde dos seus colaboradores e associados. Além disso, por meio do programa Agrosolidário, a entidade participou de diversas ações de auxílio destinadas a famílias mais vulneráveis no estado.



Como medida de segurança e proteção à saúde, a Aprosoja disponibilizou mais de 30 mil máscaras (laváveis) para colaboradores e produtores de alimentos de todo o estado. Outras medidas adotadas foram o revezamento de equipes na sede, a distribuição de álcool em gel para colaboradores e a adoção de novas normas internas, como desinfecção do ambiente de trabalho, disponibilização de álcool por toda a estrutura predial e aferição de temperatura corporal na entrada do prédio.

Para amenizar a situação da crise social e econômica provocada pela pandemia, o programa Agrosolidário entregou cerca de 2,3 mil *kits* com cesta básica, bebida de soja e produtos de higiene e limpeza. As entregas foram destinadas às famílias carentes de Mato Grosso, e parte delas foi realizada por meio de programas sociais do governo do estado e da Assembleia Legislativa.



Conforme o diretor executivo da Aprosoja, Wellington Andrade, esse é um compromisso que a entidade assume com a sociedade neste momento de crise não só em termos de saúde, mas também economicamente. "Diante dessa pandemia, nada mais justo do que esse auxílio dos produtores de soja e milho de Mato Grosso por meio do programa Agrosolidário, contribuindo com alimentos para tantas pessoas necessitadas, principalmente aquelas que perderam seus empregos. São famílias que realmente estão passando necessidades", ressaltou.

A Aprosoja fez, também, uma campanha de conscientização nas redes sociais e distribuiu totens com álcool em gel em pontos com grande circulação de pessoas em Cuiabá.

CIÊNCIA

PESQUISA APONTA QUE A SOJA PLANTADA EM FEVEREIRO AGRIDE MENOS O MEIO AMBIENTE

A proposta respeita o vazio sanitário da soja regulamentado pelo Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA).

Há menor impacto ambiental e fitossanitário, economia e mais qualidade no grão, segundo o que apontam os resultados preliminares da pesquisa científica que visa propor uma nova janela de plantio para a produção de semente de soja para uso próprio. Cientistas afirmam que o estudo atesta que o grão plantado em fevereiro é superior em qualidade e mais seguro ambientalmente do que a soja plantada em dezembro.

A pesquisa é realizada pela Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Rio Verde (Fundação Rio Verde) e pelo Instituto Agris, sob coordenação do professor PhD em Fitopatologia Erlei Melo Reis. No total, são quatorze áreas experimentais espalhadas em diferentes regiões de Mato Grosso. Adotou-se a coleta de folhas periodicamente em cada uma das áreas semeadas em dezembro e fevereiro, usando a mesma metodologia de coleta e análise para cada uma delas. As amostragens são feitas sempre com quatro repetições dentro de cada área e em estágios fenológicos diferentes, desde o aparecimento da ferrugem asiática até próximo do final do ciclo das culturas.

A pesquisa tem se utilizado de áreas comerciais semeadas no final de dezembro. Na última safra, os produtores participantes dos experimentos deixaram de semear parte ou toda sua área que semeariam para produção de sementes para uso próprio em dezembro para fazê-lo em fevereiro. E isso se deu já com base nos resultados da pesquisa da safra passada, bem como nas experiências realizadas há quase duas décadas com sementes próprias, para as quais o mês de fevereiro é o mais adequado.

Conforme os cientistas, a pesquisa tem sido conduzida em situação real, "em que os objetivos vão além do próprio comparativo da severidade da ferrugem em diferentes épocas de plantio, ensinando, por exemplo, o produtor a fazer a primeira aplicação somente após a detecção da ferrugem na área, fazer o monitoramento da doença (deixando de aplicar preventivamente) e entender a importância de se utilizar os fungicidas multissítios".

Para Antonio Galvan, a entidade entendeu por bem encabeçar a pesquisa após a demanda da maioria dos seus associados, segundo uma pesquisa interna de mercado realizada pela Associação. Ele lembrou que a Aprosoja representa os direitos dos seus associados, que, especialmente nesse caso, haverá uma redução dos custos e do impacto ambiental e que, ao proporcionar sementes de melhor qualidade, esse processo ajudará a melhorar a produtividade das lavouras.

"Ao substituirmos os plantios de dezembro pelos de fevereiro, vamos utilizar menos fungicidas. Ademais, nos plantios de fevereiro destinados à pesquisa, houve tratamento com fungicidas multissítios, que não selecionam ferrugem resistente. Plantar em fevereiro também é assegurar o direito de produzir a própria semente numa época mais adequada, pela qual o produtor tem o direito de optar", conclui o presidente da Aprosoja.

Resultados preliminares de uma pesquisa científica divulgados pela Fundação Rio Verde apontam um índice menor de ferrugem asiática no plantio de soja em fevereiro em comparação ao dos plantios semeados em dezembro. Ainda conforme os dados, a aplicação de fungicidas químicos nas lavouras de fevereiro também é muito menor do que em dezembro. Conforme os pesquisadores, os números ainda não podem ser plenamente divulgados, pois não foram publicados em revista científica, o que deve acontecer no próximo mês.



O relatório da pesquisa científica emitido preliminarmente pela Fundação mostra que as áreas de plantio de dezembro, nas quais foram coletados dados para a pesquisa, evidenciam a necessidade de um maior número de aplicações de fungicidas e que, ainda assim, mantém-se uma alta severidade da ferrugem asiática na planta (soja).

Conforme a Fundação Rio Verde, uma das possíveis causas da diferença dos números de aplicações de fungicidas químicos de fevereiro e dezembro são as condições climáticas: chuvas frequentes que propiciam a proliferação do fungo e reduzem a eficiência dos fungicidas. A Fundação explica, ainda, que as técnicas utilizadas no plantio de fevereiro permitem a aplicação somente após a detecção de ferrugem no campo, garantindo mais sustentabilidade ambiental e economia aos produtores.

"É importante salientar que essas áreas experimentais, além de servirem para fazer o comparativo entre a severidade da ferrugem em fevereiro e dezembro, também propiciaram a prática do monitoramento das lavouras, visando, assim, à detecção da ferrugem no início da incidência foliar", aponta a Fundação Rio Verde.

"De acordo com a pesquisa, a baixa pressão e efetivas medidas de controle realizadas nas áreas experimentais de fevereiro apresentam muito baixo ou nulo índice de proliferação do fungo", diz trecho do relatório preliminar.

Outra técnica de manejo apontada pela pesquisa são as pulverizações com fungicidas multissítio. "Todas as áreas de plantio de fevereiro e todas as pulverizações estão utilizando essa técnica, a única que evita e resolve o problema das mutações do fungo da ferrugem asiática", afirma a Fundação.

A Fundação Rio Verde destaca, ainda, que as "pequenas áreas de cultivo de fevereiro destinadas à pesquisa científica serão colhidas muito antes do início do vazio sanitário – que começa em 15 de junho e se estende até 15 de setembro. Não houve semeadura da soja na sequência de outro plantio de soja, pois os produtores deixaram a área reservada para essa prática".

Apontando para a mudança no calendário de plantio como o objetivo da pesquisa científica, a Fundação Rio Verde afirma que "a pequena alteração no calendário de plantio vai evitar os plantios de soja em dezembro e janeiro, abrindo-se uma pequena janela em fevereiro, com menos aplicações de fungicidas e preservando o vazio sanitário". Além disso, "ensinar isso aos produtores é fundamental. Atualmente, menos de um terço dos produtores de soja aplicam os fungicidas multissítios para controle da ferrugem, já que a indústria



química só passou a recomendar tal uso recentemente", pontua a Fundação.

De acordo com a Aprosoja, a pesquisa já demonstra que, estatisticamente, a severidade da ferrugem asiática e o número de pulverizações feitas nos plantios de fevereiro foram menores do que os de dezembro. Os resultados preliminares da pesquisa são 100% satisfatórios. "É importante dizer que os plantios de fevereiro não adentraram o período de vazio sanitário; aliás, estes foram colhidos, no mínimo, quinze dias antes do período proibitivo, que é sagrado aos produtores de soja", afirma o presidente da Associação.

Além da metodologia científica inicialmente definida para a pesquisa, por sugestão da Coordenação-Geral de Proteção de Plantas (CGPP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – a qual não impôs óbice ao andamento dos experimentos –, também foi incluída na referida pesquisa uma análise assertiva sobre genética das populações de ferrugem asiática da soja, com fins de avaliação sobre a resistência ao uso de fungicidas.

PESQUISADOR

Responsável pelo Instituto Agris e atuando, também, na pesquisa com a Fundação Rio Verde, o professor PhD em Fitopatologia Erlei Melo Reis, de 79 anos, é um dos pesquisadores mais respeitados no assunto, tendo publicado vários livros sobre o tema, como "Manual de Fungicidas", "Mofo-Branco da Soja" e "Doenças da soja". Carrega um vasto currículo na área científica e foi condecorado, inclusive, pela ministra do MAPA, Tereza Cristina.

Foi pesquisador da Embrapa Trigo durante vinte anos. É ex-professor de Fitopatologia e do Programa de Pós-Graduação em Fitopatologia da Universidade de Passo Fundo (UPF). Foi professor visitante do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Buenos Aires. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Fitopatologia, atuando em diversas culturas e assuntos: *Triticum aestivum*, *Zea mays*, *Hordeum vulgare*, *Glycine max*, plantio direto, controle químico, quantificação de danos, previsão de doenças de plantas e patologia de sementes.

A Aprosoja informa que os produtores que plantaram nessas áreas tornadas objetos de pesquisa em fevereiro estavam respaldados por um acordo extrajudicial realizado em sede de mediação, do qual participaram a Aprosoja, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), o INDEA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso (SFA/MT) – representando o MAPA –, a Fundação Rio Verde e o Instituto Agris. No referido acordo, ficou ressaltado que as sementes dessa pesquisa seriam utilizadas para uso próprio. ■

A *Agroanalysis* agradece a participação e a contribuição da jornalista Ana Sampaio, gerente de Comunicação da Aprosoja.

O NOVO PLANO SAFRA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A PANDEMIA do novo coronavírus impactou acentuadamente a economia brasileira. Embora o setor agropecuário tenha sofrido menos do que a indústria e o comércio, houve uma desestruturação dos canais de escoamento de hortaliças, frutas, flores, pescados, leite, etanol, entre outros.

Fatores adversos estão influenciando os segmentos do agro em diferentes sentidos e intensidades. A pandemia modificou os canais de comercialização, alterou o padrão de consumo da população, afetou o câmbio e trouxe incerteza ao ambiente de negócios.

Por outro lado, a safra 2019/20 vem confirmando um recorde na produção de grãos, de 250,5 milhões de toneladas, com resultados positivos no Produto Interno Bruto (PIB) e nas exportações, considerando que o agronegócio ultrapassou a marca de US$ 100 bilhões em doze meses.

A próxima safra iniciará em um contexto de pouca visibilidade sobre os rumos das economias brasileira e mundial. Nesse cenário, deve-se considerar alguns elementos adicionais: (i) a dificuldade de acesso ao crédito da pequena agricultura; (ii) o quadro de preços desafiador para importantes *commodities*; (iii) a manutenção da volatilidade cambial; (iv) a elevação dos custos de produção; (v) a demanda interna retraída em função do desarranjo da economia e do desemprego; e (vi) a dívida pública e o desafio fiscal crescentes.

Nesse contexto, em 17 de junho último, o governo federal apresentou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2020/2021, programando disponibilizar R$ 236,3 bilhões em crédito para a agropecuária, um acréscimo de 6,3% em relação à safra anterior.

Esse Plano Safra destina R$ 33,00 bilhões para pequenos agricultores (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf), R$ 33,12 bilhões para médios produtores (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Pronamp) e R$ 170,17 bilhões para grandes produtores.

Em função do recuo da taxa Selic de 6,00% para 2,25% a.a. entre julho de 2019 e junho de 2020, esperava-se uma redução mais expressiva das taxas do crédito rural, que foram fixadas entre 2,75% e 4,00% a.a. para o Pronaf, em 5,00% para o Pronamp e em 6,00% para os demais produtores.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) contará com orçamento de R$ 1,3 bilhão, um incremento de mais de 30% sobre os recursos disponibilizados em 2020.

Importantes linhas de investimento – como o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e o Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra) – tiveram orçamentos ampliados e taxas reduzidas. Esses programas vão permitir aos produtores investirem em tecnologia para elevação da produtividade e da sustentabilidade, assim como na modernização da infraestrutura e dos processos para agregação de qualidade e valor aos produtos agropecuários.

Na avaliação da FAESP, o PAP 2020/2021 foi positivo, principalmente ao se considerar o impacto da pandemia de COVID-19 sobre as finanças públicas. Houve ampliação de recursos, redução das taxas de juros, apoio aos pequenos e aos médios produtores, manutenção de linhas de investimento e ampliação dos recursos para o seguro rural, instrumento que tem potencial para estimular o mercado de crédito privado.

O Plano Safra poderia ter contado com reduções mais significativas nas taxas de juros, mas tem-se que reconhecer o esforço do Governo, que apresentou um plano robusto em uma conjuntura adversa.

Agora, é preciso garantir que os recursos e os programas estejam disponíveis aos produtores a partir de 1° de julho, sem burocracia e exigências indevidas, pois a agropecuária tem a missão de alimentar os brasileiros e gerar renda, empregos e oportunidades de desenvolvimento. O agro não pode parar! ■

OS AGROTÓXICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO



CHRISTIAN LOHBAUER
Presidente da CropLife Brasil

O AGRONEGÓCIO brasileiro responde por cerca de 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do País e é responsável por 43% das exportações e um em cada cinco postos de trabalho. No primeiro trimestre de 2020, o agronegócio foi o único dos grandes setores do PIB nacional que não sofreu retração, crescendo 0,6%. Um levantamento feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicou que o Valor Bruto da Produção (VBP) deste ano atingirá R$ 728,6 bilhões – um aumento de 11,8%. E mais: em 2020, a colheita de grãos superou 250 milhões de toneladas – a maior safra brasileira de todos os tempos.

Os dados comprovam que o agronegócio é essencial para a economia nacional. Em cinco décadas, o Brasil passou de importador de alimentos a um dos maiores exportadores mundiais. O salto deu-se por vários fatores, como clima, solo, pesquisa e tecnologias empregadas no campo. As políticas de crédito agrícola e os incentivos fiscais, como o Convênio ICMS nº 100/97, também são essenciais.

IMPACTO DE R$ 16 BILHÕES

O impacto da extinção do Convênio nº 100/97 sobre os custos de produção das principais culturas brasileiras é estimado em R$ 16,1 bilhões, e os defensivos agrícolas representam cerca de 42% do total. Os dados mostram que o fim do Convênio afetaria a rentabilidade das culturas e teria um impacto sobre a carga tributária da cadeia produtiva estimado em R$ 40 bilhões. Isso repercutiria negativamente nos níveis de inflação e na balança comercial.

E o consumidor? O que ganha com a manutenção do Convênio? A população continua com a garantia de alimentos mais baratos na mesa. Desde a década de 1970, ocorre uma queda anual real de cerca de 5%, em média, nos preços dos alimentos.

Diriam alguns que a soja, uma das nossas principais culturas, não é alimento. Mas ela é sim. Dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES) mostram que, dos cerca de 115 milhões de toneladas da safra 2018/19 de soja, 33 milhões de toneladas viraram farelo e foram usados como ração animal. Devemos lembrar que aves, bois, leite, ovos, peixes e porcos fazem parte da alimentação do brasileiro. Além disso, cerca de 15% foram empregados na produção de óleo comestível.

SEGURANÇA ALIMENTAR

A agricultura, como atividade econômica, requer produtividade. Em 2050, o Planeta terá quase 10 bilhões de habitantes, e o Brasil será fundamental para suprir essa demanda. O País terá de aumentar a produção agropecuária em 40% sem ampliar a área de cultivo.

Um dos países que produzem mais alimentos com menos aplicação de defensivos no mundo, o Brasil figura em 13º lugar levando-se em conta o volume de produção agrícola. Nessa análise, a Itália, a França, a Espanha, entre outros países europeus, os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Argentina usam mais agroquímicos do que o Brasil. A redução drástica no uso desses insumos diminuiria a produção em cerca de 50%, ou seja, seria necessário praticamente dobrar a área cultivada com a incorporação de terras hoje cobertas por floresta. Haveria uma elevação nos preços dos alimentos, das fibras e da agroenergia. ■



DIÁRIO DE BORDO

COOPERATIVAS CONTRA MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

DESDE 1923, é celebrado, em todo o mundo, no primeiro sábado do mês de julho (4 de julho em 2020), o Dia Internacional do Cooperativismo, sob a coordenação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organismo que é cúpula do movimento cooperativista planetário.

Formalmente, a ACI é uma instituição consultiva da Organização das Nações Unidas (ONU), que, desde 1995, também celebra essa data como parte da sua agenda oficial.

Anualmente, a ACI define o tema que será objeto de estudos e trabalhos em todos os países cujas organizações de representação das cooperativas sejam filiadas a ela. E, para este ano, o tema definido foi: "As cooperativas e a ação contra as mudanças climáticas".

Mas o tema não é novidade para o cooperativismo brasileiro. Longe disso: cerca de 28 anos longe! Com efeito, na celebrada conferência Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a ACI, em um seminário sob os auspícios da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), teve participação efetiva, trazendo lideranças do mundo todo para mostrar ações concretas que já realizavam naquele momento em seus países a favor da mitigação de mudanças climáticas.

Desde esse notável evento, as cooperativas brasileiras de todos os ramos vêm trabalhando ativamente a questão da sustentabilidade, ligada ao aquecimento global.

Entre as cooperativas agropecuárias, estão as ações implementadas mais visíveis, em especial por causa das inovações tecnológicas desenvolvidas pelas instituições de pesquisa do setor e incorporadas pelos produtores rurais. Aí entraram, por exemplo, os programas do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), entre os quais se destacaram a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), a recuperação de pastagens degradadas, a fixação biológica de nitrogênio (FBN) no solo, a regeneração e o plantio de florestas (já temos mais de 7,5 milhões de hectares plantados), o plantio direto e tantos outros. As cooperativas da cadeia produtiva sucroenergética tiveram papel destacado na produção de cana-de-açúcar para fabricação do etanol, que emite apenas 11% do CO_2 emitido pela gasolina. E as cooperativas integradas para produção de carnes de aves e suína adotaram tecnologias restaurativas no tratamento de efluentes.

Pois bem: em 2012, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), exatamente para avaliar o que, de fato, havia ocorrido nos vinte anos desde a Eco-92 do ponto de vista da sustentabilidade e do combate ao aquecimento global, o que é de interesse de toda a humanidade.

E, mais uma vez, a OCB, em parceria com o FGV Agro e o Canal Rural, realizou um ciclo de entrevistas com lideranças governamentais, acadêmicas, empresariais, de organizações não governamentais, políticas e institucionais para fazer uma avaliação dos vinte anos decorridos e, ainda mais, mirar o futuro. Tudo isso foi consolidado no livro "Antes da Rio+20", publicado pela OCB, que refere o resultado pouco ambicioso do gigantesco acontecimento.

A verdade é que, em 2020, quando a ACI decide estabelecer como tema da celebração do Dia Internacional do Cooperativismo "As cooperativas e a ação contra as mudanças climáticas", o nosso movimento, com a firme liderança da OCB, já tem feito a sua parte para colaborar com a mitigação do aquecimento global. ■

"...as cooperativas brasileiras de todos os ramos vêm trabalhando ativamente a questão da sustentabilidade, ligada ao aquecimento global."

PRODUZIR

FUNRURAL NA EXPORTAÇÃO INDIRETA

MARCELO LEMOS
Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



O FUNDO de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) é uma das principais pautas dos debates políticos e jurídicos do setor agropecuário desde o fatídico julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de março de 2017. Por ele, o STF entendeu que o produtor rural pessoa física (PF) é obrigado a recolher 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da sua produção.

Não obstante, sempre foi pacífico que as contribuições sociais – como é o FUNRURAL – não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação, conforme estabeleceram os constituintes no art. 149 da Carta Magna do Brasil: "§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* deste artigo: I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação".

Desta forma, o setor produtivo travou, mais uma vez, importantes batalhas no STF. Pleiteou-se, por meio dos Recursos Extraordinários (REs) nº 363.852, nº 596.177, nº 718.874 e nº 761.263, que as exportações chamadas indiretas – em que as *tradings*, as cooperativas e as agroindústrias exportam os produtos produzidos nas propriedades rurais – tenham o mesmo tratamento dado pela Constituição Federal às exportações diretas, ou seja, que sejam imunes de contribuição social.

Com efeito, em fevereiro deste ano, uma batalha foi vencida, e o STF reconheceu que o art. 149 da nossa Constituição também é aplicável às exportações indiretas. No entanto, o acórdão desse julgamento ainda não foi publicado pelo Supremo, de modo que os efeitos dessa decisão ainda não são conhecidos, concretamente, pela sociedade e, assim, a Suprema Corte ainda pode modular os efeitos da decisão para que o Estado não tenha passivos com os exportadores indiretos.

Ora, é notório que existirão grandes efeitos econômicos diante dessa importante decisão judicial. Poderemos assistir aos exportadores indiretos recebendo de volta as suas contribuições de FUNRURAL dos últimos cinco anos. Além disso, o impacto sobre a produção brasileira dos próximos anos – a médio e longo prazos – será tão positivo quanto é a Lei Kandir até hoje. A competitividade do Brasil no mercado internacional dá-se tanto pela qualidade dos seus produtos, quanto pelo seu custo, em que está enquadrado o FUNRURAL.

Portanto, o acompanhamento do término desse julgamento pelo setor produtivo é fundamental, tendo em vista que, além de equalizar um importante passivo que alguns produtores rurais possuem com a União, poderá acarretar uma das mais importantes aplicações de conceito de exportação que funciona: a de que tributo não se exporta. ■

"A competitividade do Brasil no mercado internacional dá-se tanto pela qualidade dos seus produtos, quanto pelo seu custo, em que está enquadrado o FUNRURAL."



OPINIÃO

SEGURANÇA: O QUARTO CICLO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A METÁFORA "45-45-45 > 15-15-15" retrata bem o caminho do agro no Brasil. Ao longo de meio século, a transformação de país importador para um dos principais exportadores passou por diversas fases. Porém, antes de olhar para o sucesso, deve-se analisar os números. Há 45 anos, 45% da população morava no interior e a família brasileira gastava 45% da sua renda para comprar alimentos. Em 2015, a população rural chegou a 15%, com dedicação de 15% da sua receita mensal à alimentação. Ao contrário do que se poderia esperar, com a redução de trabalhadores no campo, os preços baixaram para um terço dos valores reais praticados na década de 1970 e a população mais do que dobrou durante esse período.

Os *drivers* da revolução são conhecidos: a ocupação de terras com tecnologias tropicais e produtores hábeis na aplicação de técnicas de produção sofisticadas. Mesmo considerando as heterogeneidades regional e operacional nas propriedades e nas empresas, é possível dividir a trajetória recente do agro brasileiro em quatro ciclos.

O resultado da combinação do esgotamento da 'conta café', do crescimento da população, do processo migratório do campo para a cidade e do choque do preço do petróleo em 1973 fez a importação de alimentos atingir quase um terço do consumo nacional. Esse cenário, juntamente ao empenho do Governo em criar tecnologias adequadas e realizar projetos de infraestrutura, possibilitou ao País alcançar novos recordes de produção de proteínas vegetais e animais. O foco estava no volume e na oferta de comida a preços menores. Trata-se do ciclo quantitativo.

Atendidas as primeiras necessidades, o foco ampliou-se, iniciando o ciclo qualitativo. Quem compara a carne bovina de animais tradicionalmente abatidos com 35 meses da pecuária extensiva com a carne *prime* de novilhos precoces de hoje percebe o impacto do salto tecnológico sobre a produção. Os avanços na genética e nas soluções de mecanização e o plantio direto transformaram produtos simples em mercadorias com valor, facilitando a exportação para mercados sofisticados.

Após a Rio-92 e em sintonia com outras preocupações da sociedade em relação à preservação do meio ambiente, o agro entrou no seu terceiro ciclo, a produção sustentável. Exigências dos mercados importadores ajudaram na construção de marcos regulatórios e práticas de controle, preparando um novo patamar para o funcionamento da cadeia produtiva. A população passou a consumir alimentos melhores, mantendo as despesas na faixa de 15% da renda familiar.

De repente, deparamo-nos com o coronavírus. Apesar de pouco impacto direto sobre o campo, a logística, a distribuição e os *food services* foram gravemente impactados. Mesmo assim, não houve desabastecimento. Mais ainda, a população reconhece, hoje, a importância do agro. Por outro lado, garantir a segurança dos produtos e a rastreabilidade em todos os elos da cadeia ganhou destaque e protagonismo. Controles mais eficientes passam a ser exigidos. Entramos no ciclo da segurança, que soma a exigência de sanidade às exigências de quantidade, qualidade e sustentabilidade. Temos um novo paradigma para o agro brasileiro, que, mais uma vez, irá responder aos novos desafios com agilidade e eficiência. ■

O agronegócio entra no quarto ciclo de desenvolvimento, que soma exigências de sanidade, quantidade, qualidade e sustentabilidade.

REFLEXÃO

LIÇÕES PARA O FUTURO

MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



EM 3 de agosto próximo, a ABAG realizará o tradicional Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA). Neste ano, a 19ª edição do evento, devido à quarentena, será excepcionalmente no formato online. Com o tema "Lições para o Futuro", tratará justamente deste momento sem precedentes que estamos atravessando. Desde a Segunda Guerra Mundial, com a consequente criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a pandemia de COVID-19 significa a pior crise global da história.

A pandemia está nos dando muitas lições, entre elas a importância da cooperação e da responsabilidade. O agronegócio brasileiro tem um papel fundamental nesse processo, e precisamos estar preparados para isso. Será preciso pactuar os interesses, respeitar as diferenças, identificar as prioridades com bom senso e mobilizar a sociedade sobre o que será preciso ser feito para minimizar os efeitos dessa crise. De outra forma, apenas contabilizaremos números: de mortes, de doentes e de desempregados.

O caminho será resultado de um diálogo político e de uma convergência pragmática das ideias. As diferenças e as divergências políticas não podem ser maiores do que o sentimento de urgência para a volta do crescimento econômico, dos investimentos e da criação de empregos.

O cenário da macroeconomia mostra uma recessão com variação negativa no Produto Interno Bruto (PIB), baixas taxas Selic e de inflação e alto desemprego. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2020/21 vigorará, pela quarta temporada consecutiva, no regime da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que fixa o teto dos gastos públicos. Nos aportes de recursos governamentais ao crédito rural subsidiado estabelecido pelo PAP, as prioridades ficaram expressas para os pequenos e os médios agricultores junto ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

A alternativa da captação de dinheiro no mercado de capitais ganhou potencialidade com a recente aprovação da Lei nº 13.986/20, em que foi convertida a chamada MP do Agro. A matriz para ofertar crédito ao setor ficou bem montada e fortalecida. Nessa análise, o risco dos agentes financeiros com os pedidos de recuperação judicial (RJs) por parte dos agricultores representa uma insegurança jurídica inadequada.

Entre as tendências pós-pandemia, aparecem a produção, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis, enquanto, nas origens da produção, os mercados ficarão valorizados. Assistimos, também, à digitalização, que cresceu em todas as áreas da economia, assim como na vida social. Nesse período de isolamento e quarentena, tivemos de nos reinventar, e o agro teve de superar desafios enormes. O produtor está buscando soluções nesse sentido. Mas as plataformas digitais precisarão estar integradas.

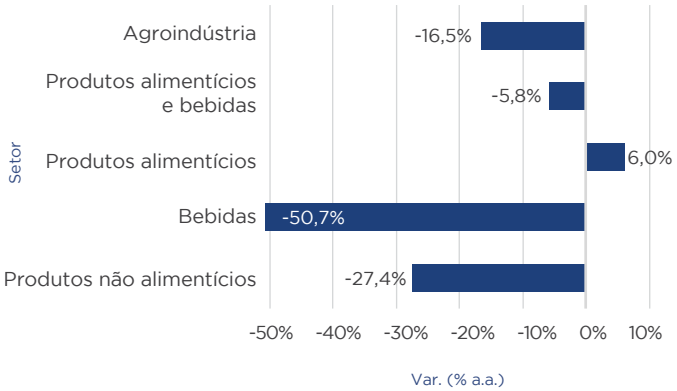
Certamente, os embates do CBA centrarão muito em questões como desmatamento ilegal na Amazônia, casos de zoonoses e uso de combustíveis com menor emissão de gás carbônico, como na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Num caminho cercado de variadas incitações, a expectativa é de apresentações e debates frutíferos, com visão de futuro. A maior lição deste momento está na resiliência e na esperança da chegada de melhores dias. ■

"Entre as tendências pós-pandemia, aparecem a produção, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis..."

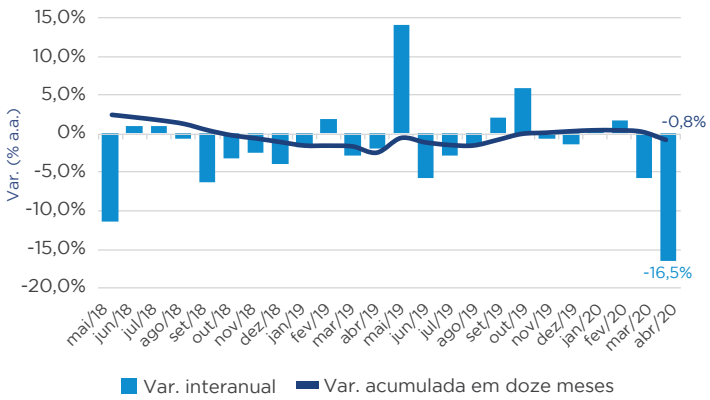
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: ABRIL DE 2020

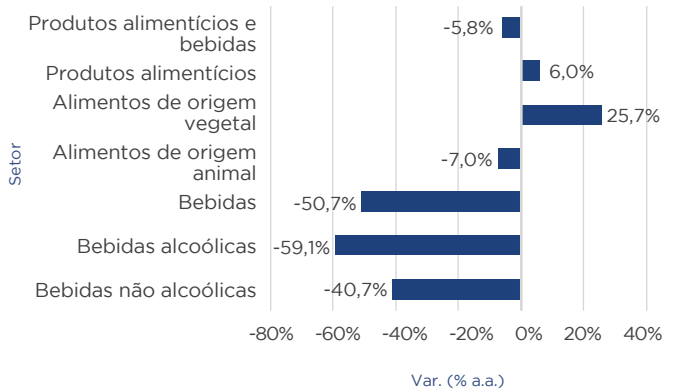
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM ABRIL DE 2020



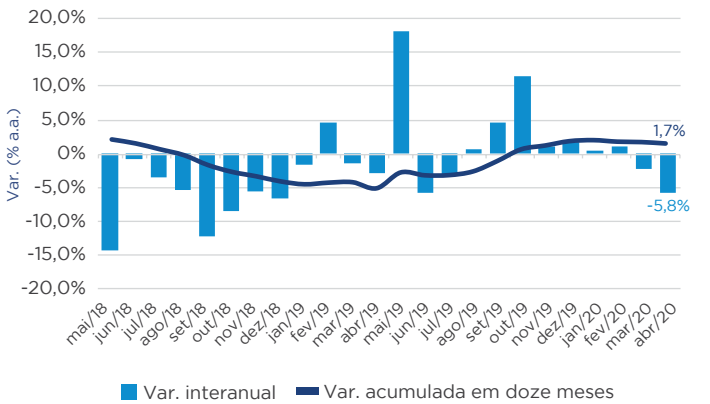
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



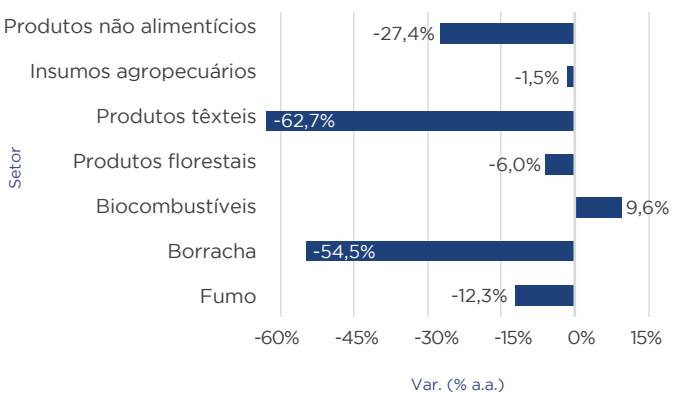
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM ABRIL DE 2020



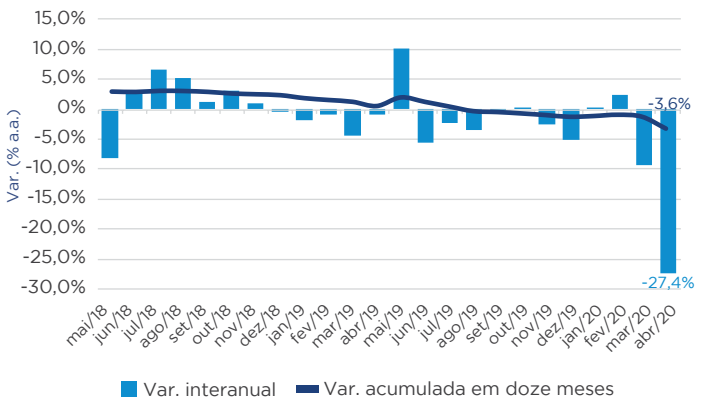
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM ABRIL DE 2020



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


3AW
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
AGRONEGÓCIO
ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.
VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.
CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.
Saiba mais em
www.eesp.fgv.br/
FGV EESP

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

LIÇÕES PARA O FUTURO

03 DE AGOSTO 2020

EVENTO ONLINE

Em sintonia com os acontecimentos e aprendizados recentes, a ABAG promoverá o **19º Congresso Brasileiro do Agronegócio**, apenas no formato ONLINE. Com o tema **Lições para o Futuro**, o evento terá uma ampla discussão sobre o peso geopolítico que o Brasil tem no campo da segurança alimentar, o nosso desafio logístico, a necessidade de mecanismos financeiros eficientes, as questões ambientais e as consequências disso tudo para a economia brasileira.

Faça sua **inscrição gratuita** e participe do maior evento do agro brasileiro.

abag

www.congressoabag.com.br

Patrocínio Master

agroceres 75 anos VOCÊ VÊ, VOCÊ CONFIA!

BAYER

B3 BRASIL BOLSA BALCÃO

CropLife BRASIL

FMC An Agricultural Sciences Company

EMAP PORTO DO ITAQUI

Patrocínio

cooxupé

inpEV

Itaú BBA

jacto

Rabobank

YARA Knowledge grows